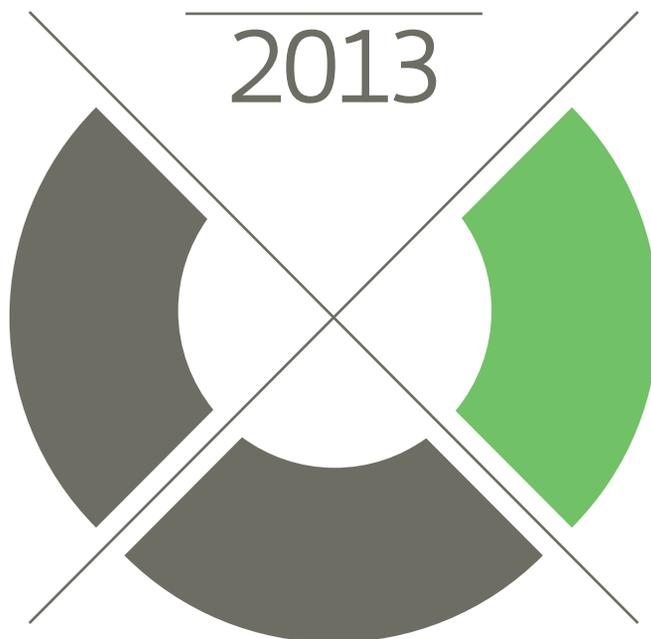


RELATÓRIO
E CONTAS

2013



TRANQUILIDADE



BANCA & SEGUROS
Exame
2013

MELHOR GRANDE SEGURADORA NÃO VIDA



MARCA DE EXCELÊNCIA



ESCOLHA DO CONSUMIDOR NO SETOR DE SEGUROS



MELHOR CALL CENTER NO SETOR SEGURADOR



SEGURADORA COM MELHOR REPUTAÇÃO

Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.
Av. da Liberdade, nº 242
1250 - 149 Lisboa / Portugal
Registo na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa - NIPC: 500 940 231
www.tranquilidade.pt

ÍNDICE

04

ÓRGÃOS SOCIAIS

06

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

16

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

20

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

22

MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS

24

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

26

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

74

DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

84

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO
E PARECER DO CONSELHO FISCAL



TRANQUILIDADE

01

ÓRGÃOS SOCIAIS



TRANQUILIDADE

01. ÓRGÃOS SOCIAIS

COMISSÃO EXECUTIVA



Assembleia-Geral

Presidente

Luís Frederico Redondo Lopes

Secretário

Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo

Conselho de Administração

Presidente

Rui Manuel Leão Martinho

Vogais

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Miguel Luís Kolback da Veiga

António José Baptista do Souto

Manrico Iachia

António Manuel Rodrigues Marques

Bernardo Leite Faria Espírito Santo

Comissão Executiva

Presidente

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Membros

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Conselho Fiscal

Presidente

Alexandre da Paixão Coelho

Vogais

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

Horácio Lisboa Afonso

Vogal Suplente

José Ramos Teles de Matos

Revisor Oficial de Contas

José Manuel Macedo Pereira

Suplente

Ana Cristina Soares Valente Dourado
em representação de KPMG e Associados

02

RELATÓRIO DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO



TRANQUILIDADE

02. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas o Relatório de Gestão e as Contas da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (adiante designada por Tranquilidade ou Companhia), respeitantes ao exercício de 2013.

2.1 / Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2013 ficou marcado por uma recuperação da atividade económica global, particularmente visível nas principais economias desenvolvidas, suportado por uma recuperação da atividade na Europa.

2.1.1 / Situação Económica Internacional

A economia dos Estados Unidos registou um crescimento de 1,9% em 2013, em desaceleração face ao ano anterior (2,8%), mas com um comportamento mais dinâmico no 2º semestre do ano. Os progressos nos balanços das famílias e empresas, a recuperação no mercado de trabalho, a subida dos preços das habitações e o bom desempenho do mercado acionista contribuíram para a recuperação da atividade económica na segunda metade do ano, com um maior dinamismo do consumo privado e do investimento.

A recuperação da atividade económica traduziu-se numa melhoria do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a recuar de 8,1% para 6,7% da população ativa. O défice público americano recuou de 9,3% para 6,5% do PIB, refletindo a contenção nos gastos públicos e a recuperação da atividade. Com a inflação em níveis reduzidos (próxima de 1,5%) e com a ausência de pressões inflacionistas, a Reserva Federal manteve, ao longo do ano, o programa de aquisição de ativos (*quantitative easing*) definido em 2012, ao ritmo mensal de 85 mil milhões de dólares, mantendo também a *target rate* dos *fed funds* no intervalo compreendido entre 0% e 0,25%.

Na Zona Euro, o ano de 2013 foi marcado por uma estabilização das condições financeiras e económicas, apesar da ocorrência de alguns fatores adversos, de que se destacaram a instabilidade política em Itália e a crise financeira de Chipre. A maior estabilidade das condições dos mercados financeiros resultou do forte recuo dos riscos sistémicos associados à crise da dívida soberana, bem como de uma melhoria progressiva das perspetivas de crescimento da atividade. Também os novos passos no sentido da consolidação da união bancária contribuíram para a melhoria da confiança.

No conjunto do ano, o PIB da Zona Euro registou ainda uma contração de 0,4%, explicada pelo recuo significativo da atividade no 1º trimestre. No entanto, o 2º trimestre foi já marcado por um crescimento positivo e por uma recuperação da atividade, que foi ganhando vigor até ao final do ano, devendo sublinhar-se a expansão do PIB de 0,5% no 4º trimestre. A taxa de desemprego manteve-se em níveis elevados, tendo subido, em termos médios, de 11,4% para 12,1% da população ativa.

Neste contexto, a inflação anual diminuiu de 2,5% em 2012 para 1,4% em 2013. Em maio, o BCE reduziu a principal taxa de juro de referência

em 25 pontos base, de 0,75% para 0,5%, e em novembro, face a uma expressiva desaceleração dos preços (com a taxa de inflação homóloga a descer para 0,7%), levou a cabo uma nova redução de 25 pontos base naquela taxa, para um mínimo de 0,25%. Para além destas decisões, o BCE prolongou até (pelo menos) meados de 2015 a provisão ilimitada de liquidez nas operações de refinanciamento.

Por outro lado, implementou um inédito regime de *forward guidance* relativamente à política monetária, sinalizando a manutenção dos juros de referência em níveis baixos por um período de tempo prolongado. No entanto, a Euribor a 3 meses subiu 6 pontos base no 4º trimestre e 10 pontos base no ano, para 0,287%, refletindo sobretudo a redução da liquidez associada ao aumento de reembolsos dos LTROs por parte dos bancos. O EUR apreciou-se perto de 4,5% face ao USD, para EUR/USD 1.379.

A recuperação da atividade na Zona Euro foi extensível às economias da periferia, que regressaram igualmente a crescimentos positivos na segunda metade do ano, como é o caso de Espanha que, apesar de no conjunto de 2013 o PIB ter recuado 1,2%, revelou sinais progressivos de estabilização da atividade económica, com variações trimestrais de 0,1% e 0,3%, no 3º e 4º trimestres, respetivamente.

Nos EUA e na Europa, a recuperação do crescimento e da confiança no contexto de políticas monetárias expansionistas beneficiou particularmente o mercado acionista. Nos EUA, os índices S&P500 e NASDAQ registaram ganhos de 29,6% e 38,3%, respetivamente. Na Europa, o DAX, o CAC e o IBEX avançaram 25,5%, 18% e 21,4%, respetivamente. Com a recuperação da atividade e com a Reserva Federal americana a sinalizar uma atenuação do *quantitative easing*, as *yields* dos *Treasuries* e dos *Bunds* a 10 anos subiram, em 2013, de 1,758% para 3,029% e de 1,316% para 1,929%, respetivamente.

2.1.2 / Situação Económica Nacional

Em Portugal, o desempenho favorável das exportações e uma tendência de estabilização na procura interna traduziram-se numa recuperação da atividade a partir do 2º trimestre de 2013. O PIB registou uma queda anual de 1,4% em 2013, mas com variações trimestrais positivas a partir do 2º trimestre (1,1%, 0,3% e 0,5%) e com o regresso a crescimentos homólogos no 4º trimestre (1,6%, após 11 trimestres de contração). Esta evolução intra-anual da atividade económica coincidiu com uma melhoria gradual dos indicadores de confiança das famílias e empresas, com o Indicador de Sentimento Económico da Comissão Europeia a aproximar-se da respetiva média de longo prazo.

O crescimento da economia portuguesa manteve-se, no entanto, condicionado pelo processo de *deleveraging* em curso nos diferentes setores. No conjunto do ano, o consumo privado e a formação bruta de capital fixo registaram quedas em termos reais (-1,7% e -6,6%, respetivamente), ainda que significativamente menos intensas do que em 2012 e em recuperação na parte final do ano.

À evolução anual do consumo privado correspondeu um aumento da capacidade líquida de financiamento das famílias, para um valor próximo de 7,5% do PIB, suportado por uma subida da respetiva taxa de poupança, para um valor próximo de 13,5% do rendimento disponível. Por sua vez,

as empresas voltaram a reduzir as respetivas necessidades líquidas de financiamento, para um valor inferior a 2% do PIB, para o que terá contribuído uma nova redução do investimento.

Neste contexto, a economia registou uma perda de cerca de 120 mil empregos no conjunto do ano, sustentando a manutenção de uma taxa de desemprego elevada (16,3% da população ativa, em termos médios anuais, após 15,7% em 2012). A evolução do mercado de trabalho acompanhou, no entanto, o perfil intra-anual da atividade económica. A taxa de desemprego recuou de 17,7% para 15,3% da população ativa entre o 1º e o 4º trimestre de 2013, com esta descida suportada pela criação de perto de 130 mil empregos nos últimos três trimestres do ano, bem como por uma redução da população ativa (associada, em parte, a um elevado fluxo de emigração).

As exportações terão registado um crescimento real de 5,6% em 2013, com contributos positivos das mercadorias e dos serviços, destacando-se o aumento da capacidade produtiva e exportadora de combustíveis e a forte procura externa dirigida ao setor do turismo.

Em conjunto com o aumento da poupança interna, este resultado contribuiu para a obtenção de um excedente de 2,6% do PIB no saldo conjunto das balanças corrente e de capital. A recuperação da atividade e as medidas de consolidação orçamental contribuíram para uma redução do défice das Administrações Públicas (ajustado pelos critérios da Troika) para um valor em torno de 4,5%, abaixo da meta de 5,5% do PIB.

Portugal regressou aos mercados de capitais em dezembro de 2013 com uma operação de troca de dívida de 6,6 mil milhões de euros, a que se seguiram, no início de 2014, emissões sindicadas a 5 e 10 anos, num montante global de 6,25 mil milhões de euros. Após um máximo de 7,5% em julho, a *yield* das OTs a 10 anos fechou o ano em 6,13%, prolongando a tendência de descida no início de 2014, para valores inferiores a 5%. O PSI-20 valorizou-se cerca de 16% em 2013.

2.1.3 / Mercado Segurador

Em 2013 verificou-se um crescimento significativo do volume de prémios de seguro direto, resultado da expansão dos seguros Vida.

O conjunto da produção Vida e Não Vida ascendeu a 13 105 milhões de euros, 20,1% acima do valor de 2012 (mais 2 194 milhões de euros).

O ramo Vida foi o responsável por esta evolução positiva do mercado. Os prémios alcançaram os 9 247 milhões de euros, o que significa um crescimento de 33,5% em relação ao ano anterior. O acréscimo da procura pelos produtos de poupança das seguradoras foi determinante para a evolução positiva do segmento Vida, comprovando a especial atratividade do seu modelo de remuneração em conjunturas mais voláteis.

A larga maioria dos produtos de poupança comercializados pelas seguradoras oferece garantias de capital e rendimento aos investidores, o que é um elemento de segurança muito valorizado nestes contextos. Assim, os produtos de Capitalização registaram uma subida superior a 40,0% e as novas contribuições para PPR's atingiram 1 548 milhões de euros, mais 37,9% em relação a 2012.

No segmento Não Vida, o ano de 2013 foi de contenção, com quedas do volume de prémios na maior parte dos ramos. A conjuntura macroeconómica adversa condiciona a procura de seguros Não Vida e aumenta a pressão concorrencial do lado da oferta, com impacto nos preços.

O volume de prémios Não Vida atingiu 3 858 milhões de euros (-3,2% em relação ao ano anterior) com destaque para a queda acentuada na produção do ramo Acidentes de Trabalho (-8,0%) e também no ramo Automóvel (-5,8%) justificada não só pela necessidade de redução de custos das famílias e empresas (com implicação no número e tipo de coberturas contratadas) mas também pela redução do prémio médio potenciada pela pressão concorrencial existente.

Por outro lado, destaque positivo para o ramo Saúde (+3,2%) que, tendo em conta as dificuldades conjunturais, demonstra o crescente interesse dos consumidores por este tipo de seguro. Também os ramos Multirrisco (+1,1%), em especial Habitação (+1,5%), continuaram a ver a sua produção aumentar, expressando uma crescente sensibilidade para a gestão dos riscos e para a proteção em tempos de incerteza.

O peso da atividade seguradora no PIB aumentou de 6,4% em 2012 para 7,7% em 2013. O segmento Vida representa 5,5% do PIB e o Não Vida representa 2,3% (4,1% e 2,3% em 2012, respetivamente).

De acordo com as contas provisórias do setor segurador, os resultados líquidos do exercício foram muito positivos. O total do setor apresentou resultados de 692 milhões de euros, um acréscimo de 28,0% em relação a 2012.

A recuperação dos mercados de capitais permitiu às seguradoras terminar o ano de 2013 com um crescimento dos lucros, com destaque para o ramo Vida. Uma prudente gestão dos investimentos e um ano de valorização dos ativos no mercado de capitais, foram fatores determinantes para esta evolução.

De notar que o resultado de 2013 foi fortemente influenciado por duas operações extraordinárias de cedência de carteira Vida que, em termos líquidos, contribuíram em cerca de 180 milhões de euros para o resultado do setor (240 milhões de euros foi o impacto semelhante verificado em 2012).

Os resultados técnicos Não Vida diminuíram cerca de 79% (de 92 milhões de euros em 2012 para 19 milhões de euros em 2013), devido sobretudo aos prejuízos provocados pelo temporal de janeiro de 2013.

2.2 / Factos Relevantes em 2013

A economia portuguesa encontra-se numa envolvente bastante desafiante desde 2008, com o surgimento da crise financeira nos mercados internacionais. Em 2013, a atividade económica continuou bastante condicionada pelos processos de desendividamento externo e de consolidação orçamental exigidos no acordo com a Troika. O investimento e o consumo privado regrediram novamente. O desemprego manteve-se a níveis altos. As exportações voltaram a ter um comportamento positivo mas insuficiente para contrariar a retração na procura interna. O PIB evoluiu no conjunto do ano -1,4%, embora com os três últimos trimestres positivos.

O desempenho do setor segurador sofreu assim nova contração em Não Vida (-3,2%). Em Vida a evolução foi positiva (+33,5%) devido ao bom desempenho dos produtos financeiros impulsionado pelo canal bancário.

No mercado Não Vida, com exceção de Saúde, todos os principais ramos decresceram. Os ramos obrigatórios de Acidentes de Trabalho e Automóvel foram os mais afetados. O ramo Acidentes de Trabalho regrediu 8,0% (-31% face a 2008) devido à redução da massa salarial segura e à continuação da forte competição entre seguradoras. Não obstante a oportuna intervenção do Instituto de Seguros de Portugal junto das seguradoras, com vista à reposição do equilíbrio técnico do

ramo, o processo de ajustamento dos preços ao custo do risco tem ainda um caminho longo a percorrer para baixar o rácio combinado dos 133% verificados no final do ano.

O ramo Automóvel recuou 5,8% (-18% face a 2008) devido à envolvente económica e, novamente, à concorrência entre seguradoras alicerçada no preço. Consequentemente, o rácio combinado Não Vida do mercado (104%) manteve-se em valores problemáticos.

Em 2013, mesmo num contexto adverso, a Tranquilidade demonstrou resiliência sustentando de forma equilibrada a quota de mercado e as margens. A Tranquilidade defendeu a sua quota de mercado que se cifrou em 8,3% (-0,1 p.p. face a 2012). A clareza e consistência da sua estratégia permitiram manter o 2º lugar do *ranking* Não Vida e permanecer a maior seguradora privada a operar em Portugal.

Na vertente comercial, continuaram a consolidar-se as relações e parcerias existentes com os canais profissionais:

- Os Parceiros Exclusivos e Multimarca tiveram uma performance em linha com o mercado;
- Os Corretores cresceram 4 p.p. acima do mercado;
- Os programas de bancasseguros colaborativa com o Banco Espírito Santo (nos segmentos de Empresas), sempre em sã convivência com a rede de Parceiros Profissionais, contribuíram com 17% da receita da Tranquilidade nestes segmentos;
- As Redes de Retalho Alternativas, cresceram 37% face a 2012 e reforçaram o seu importante papel na área de retalho da Tranquilidade, em particular em Automóvel, contribuindo com 9% da receita nova.

A base de Clientes Não Vida e Vida da Tranquilidade em 2013, aproximou-se de 647 000 Clientes (-19 000 face a 2012). Esta evolução no número de Clientes deveu-se ao esforço de otimização da sinistralidade que levou a uma maior dificuldade de retenção e menor dinâmica de novos, no segmento de Particulares, em Automóvel. Assim, conseguiu-se descer a sinistralidade Automóvel para 50,8% em 2013 (-3,2 p.p. face a 2012), e o valor global de Não Vida para 62,8% (-1,6 p.p. face a 2012).

Os prémios dos produtos âncora Automóvel e Acidentes de Trabalho, decresceram, mas neste último o desempenho foi superior ao do mercado com um diferencial de crescimento de +3 p.p.. Nos produtos da área *Property & Casualty* (P&C) Empresarial, apesar do decréscimo de prémios atingiu-se um diferencial positivo de 2 p.p. de crescimento face ao mercado.

Em Vida, a aposta estratégica nos produtos Vida Risco foi reforçada. A T-Vida cresceu 30,7% nos produtos tradicionais (6,1% em Vida Risco) ganhando 0,7 p.p. de quota de mercado. A Seleção V, rede vocacionada para a atividade Vida, continuou a contribuir fortemente para o crescimento de Vida Risco e revelou-se uma aposta ganha. Em 2013, os cerca de 100 Parceiros da Seleção V cresceram 39%, representando 41% da receita nova Vida Risco.

O programa Assurfinance, solidamente consubstanciado numa rede de 43 Postos Avançados e no Clube E continua a ser único no mercado. A Tranquilidade e os seus Parceiros são um canal chave para o BES ao nível de captação de Clientes (19,5% da captação BES), recursos (9,5% da variação do stock de recursos) e desinvestimento imobiliário (13% do desinvestimento de Retalho do BES). Deste modo, os produtos do BES são uma fonte de rendimento adicional para os nossos Parceiros neste contexto de contração do mercado segurador.

A nível operativo, com vista ao reforço contínuo da qualidade do serviço prestado a Clientes e Parceiros, a Companhia avançou com mais um conjunto de iniciativas:

1. Lançamento de novos produtos e ferramentas facilitadoras da retenção e equipamento de Clientes, nomeadamente:

- Em Particulares, com o lançamento dos novos produtos Casa Light e Saúde Visão;
- Em Empresas, com a consolidação do segmento de Clientes Top Negócios e a introdução do seguimento de carteira das Médias Empresas, com o objetivo de melhorar a retenção.

2. Introdução de novas funcionalidades no posto de trabalho do Parceiro (SIA-net):

- Alargamento do *claims tracking* ao MR Estabelecimento;
- Implementação do controlo, de forma automatizada, dos descontos de retenção concedidos.

3. Melhoria dos instrumentos de comunicação com os Clientes:

- Continuação da revisão e simplificação dos *outputs* institucionais: propostas, documentação financeira e condições particulares de Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Vida Risco;
- Lançamento do *net insurance*, permitindo a consulta de carteira e sinistros pelo tomador de seguro.

O contínuo investimento e a aposta transversal a toda a organização na melhoria da qualidade de serviço a Clientes e Parceiros, permitiu manter os elevados níveis de serviço e satisfação dos *stakeholders*:

- O tempo médio de resposta a cotações complexas melhorou para 6,1 dias (-6% face a 2012);
- Os sinistros abertos em menos de 3 dias atingiram 95% dos casos em Automóvel, Habitação e Acidentes de Trabalho;
- Os Clientes reconheceram a excelência na gestão dos sinistros, com uma avaliação média em torno de 8 (numa escala de 10) e uma intenção de recomendação sempre acima dos 80% nos principais produtos;
- O número de reclamações e o seu peso sobre sinistros continuou a descer.

A Tranquilidade mantém a ambição de ser “A melhor escolha” de Clientes e Agentes. O compromisso e esforço de todos os Colaboradores e Parceiros para com este desígnio permitiu, com especial orgulho e satisfação, que renovássemos todas as distinções que tínhamos já conquistado em 2012, às quais juntámos o título de “Escolha do Consumidor”. Este é um marco raro, pela abrangência e sucessão de prémios por diversas instituições independentes, que reforça o lugar da Tranquilidade como referência no mercado segurador nacional.

Em 2013 a Tranquilidade foi considerada:

- “Melhor Grande Seguradora Não Vida”, nos “Prémios Banca & Seguros” da revista Exame;
- “Marca de Excelência”, pela Superbrands;
- “Seguradora com melhor reputação” a nível nacional (e segunda na Península Ibérica), pelo Reputation Institute;
- “Melhor Call Center do Setor Segurador”, pela APCC;
- “Escolha do Consumidor” na categoria seguros.

Estas distinções constituem um voto de confiança e a Tranquilidade tudo fará para continuar a merecê-las no futuro.

A manutenção de políticas monetárias de cariz expansionista, corporizada em 2013 pelos principais bancos centrais, concorreu para a boa performance da globalidade dos mercados financeiros. A Tranquilidade mantendo uma posição de balanço predominantemente

defensiva e diversificada, privilegiou a exposição a dívida de taxa fixa, soberana e *corporate*, portuguesa em detrimento de emittentes de países *core* da Europa. A execução de uma política de investimentos tática ao longo do ano, permitiu obter um nível de retorno significativamente superior ao inicialmente estabelecido.

O saldo técnico global da Tranquilidade diminuiu de 63,8 milhões de euros para 59,0 milhões de euros, o que representa uma descida de 7,5%. Embora a sinistralidade global Não Vida tenha melhorado 1,6 p.p., os custos com resseguro aumentaram e houve necessidade de incrementar a provisão para riscos em curso. Na prossecução do Programa de Eficiência, consolidou-se a estabilização dos custos operacionais.

Os resultados líquidos da Tranquilidade cresceram 3,1%, ascendendo a cerca de 19 milhões de euros. A Tranquilidade continuou também a exibir um rácio de solvabilidade sólido, que atingiu individualmente valores estimados de 593% no final de 2013.

No que respeita aos investimentos estratégicos da Tranquilidade, a seguradora direta Seguros LOGO, S.A. (LOGO) aprofundou em 2013 a sua estratégia de abordagem *triple-play* (Auto, Casa e Saúde), o que lhe permitiu alcançar uma penetração na carteira de quase 10% dos seguros não Auto, enquanto manteve a sua quota de mercado entre as seguradoras diretas acima dos 20%. Por outro lado, a LOGO prosseguiu o seu esforço de melhoria da sinistralidade, a qual permitiu alcançar uma redução da mesma de quase 30 p.p. desde 2010. Os resultados líquidos foram negativos em cerca de -2,5 milhões de euros, o que corresponde ainda assim a uma variação positiva de 17,3%.

Relativamente à T-Vida, o contributo foi positivo. O saldo técnico líquido de resseguro cresceu de 6,5 milhões de euros para 7,4 milhões de euros. Os resultados líquidos ascenderam a 4,3 milhões de euros em 2013, enquanto o rácio de solvência estima-se que seja cerca de 158%.

2.3 / Principais Variáveis e Indicadores de Atividade

(milhares de euros)

	2013	2012	VAR 13/12 %
Balanço			
Investimentos	789 731	949 168	-16,8%
Ativo líquido	1 000 345	1 184 609	-15,6%
Capital próprio	358 193	327 117	9,5%
Provisão para prémios não adquiridos (SD+RA)	78 599	83 195	-5,5%
Provisão para sinistros (SD+RA)	438 388	470 777	-6,9%
Provisão para sinistros, líquida de resseguro	399 230	430 440	-7,3%
Provisões técnicas (SD+RA)	545 164	578 983	-5,8%
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	319 514	333 790	-4,3%
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	279 235	293 234	-4,8%
Custos com sinistros de seguro direto	204 667	216 601	-5,5%
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	188 022	203 908	-7,8%
Custos operacionais	66 854	66 788	0,1%
Rendimentos	22 452	25 722	-12,7%
Resultado líquido	19 020	18 457	3,1%
Indicadores			
Prémios brutos emitidos/ n° de empregados	480,5	494,5	-2,8%
Taxa de sinistralidade de seguro direto	62,8%	64,4%	-1,6 p.p.
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	67,3%	69,5%	-2,2 p.p.
Resultado líquido/ prémios brutos emitidos	5,8%	5,4%	0,4 p.p.
Rácio combinado líquido de resseguro	102,8%	101,3%	1,5 p.p.
Rácio de solvência	593,2%	525,7%	67,5 p.p.

2.4 / A Atividade da Tranquilidade em 2013

2.4.1 / Prémios de Seguro Direto

O total do volume de prémios de seguro direto atingiu os 319 514 milhares de euros em 2013, o que significa uma variação de -4,3% em relação ao ano anterior. O mercado segurador Não Vida apresentou uma variação negativa de 3,2% relativamente a 2012.

As maiores seguradoras que operam no nosso mercado, com exceção da Allianz, voltaram a apresentar uma evolução negativa em 2013, resultante principalmente de quebras de produção em Automóvel e em Acidentes de Trabalho. Apesar da performance negativa dos prémios, a Tranquilidade conseguiu um desempenho positivo em alguns segmentos como é o caso de Saúde e Multirrisco.

Em Acidentes e Doença, a produção da Tranquilidade foi inferior à do ano anterior em 2 636 milhares de euros (-2,6%), com quebra de 2 673 milhares de euros em Acidentes de Trabalho (-4,6%, *versus* -8,0% do mercado) e crescimento de 603 milhares de euros (+1,6%) em Saúde. Os prémios de Multirrisco aumentaram 616 milhares de euros em relação ao ano anterior (+1,2%, *versus* +1,1% do mercado). O ramo Automóvel apresentou uma quebra de 8,0% na sua produção, enquanto o setor sofreu uma diminuição de 5,5% em relação ao ano anterior.

(milhares de euros)

Prémios de Seguro Direto	2013	%	2012	%	VAR 13/12 (%)
Acidentes e doença	100 215	31,4	102 851	30,8	-2,6%
Incêndio e outros danos	63 613	19,9	64 516	19,3	-1,4%
Automóvel	124 041	38,8	134 847	40,4	-8,0%
Transportes	7 391	2,3	6 965	2,1	6,1%
Responsabilidade civil	11 149	3,5	11 131	3,3	0,2%
Diversos	13 105	4,1	13 480	4,0	-2,8%
Total	319 514	100,0	333 790	100,0	-4,3%

A quota de mercado da Tranquilidade passou de 8,4% em 2012 para 8,3% em 2013 mas manteve a 2ª posição em termos de *ranking* no segmento Não Vida.

2.4.2 / Custos com Sinistros de Seguro Direto

O total de custos com sinistros de seguro direto em 2013 ascendeu a 204 667 milhares de euros, o que significa uma diminuição de 11 934 milhares de euros (-5,5%) em relação a 2012.

Este comportamento deveu-se principalmente à quebra dos custos com sinistros em Automóvel (-8 532 milhares de euros, -11,5%), em Incêndio e outros Danos (-5 094 milhares de euros, dos quais -4 113 milhares de euros em Colheitas) e em Responsabilidade Civil (-4 637 milhares de euros). A diminuição dos custos com sinistros está associada à menor frequência de sinistralidade e a ajustes de provisões em alguns sinistros graves. Por outro lado, os custos com sinistros aumentaram em 2013 em Acidentes e Doença (+5 134 milhares de euros; Acidentes de Trabalho com +3 573 milhares de euros e Doença com +1 929 milhares de euros).

(milhares de euros)

Custos com Sinistros de Seguro Direto	2013	2012	VAR 13/12 %
Acidentes e doença	94 355	89 221	5,8%
Incêndio e outros danos	37 320	42 414	-12,0%
Automóvel	65 600	74 132	-11,5%
Transportes	2 732	3 062	-10,8%
Responsabilidade civil	1 898	6 535	-71,0%
Diversos	2 762	1 237	123,3%
Total	204 667	216 601	-5,5%

A taxa de sinistralidade (custos com sinistros brutos/ prémios brutos adquiridos) diminuiu 1,6 p.p. em relação ao ano anterior, para 62,8% devido, principalmente, à diminuição verificada em Incêndio e outros Danos (de 66,1% para 57,7%) e em Automóvel (de 54,0% para 50,8%). Em Acidentes e Doença a taxa de sinistralidade subiu de 86,2% para 94,3% (em Acidentes de Trabalho o rácio atingiu os 105,5%, uma subida de 11,5 p.p.).

(%)

Custos com Sinistros/ Prémios Brutos Adquiridos*	2013	2012
Acidentes e doença	94,3	86,2
Incêndio e outros danos	57,7	66,1
Automóvel	50,8	54,0
Transportes	36,8	45,2
Responsabilidade civil	17,0	57,9
Diversos	20,5	9,3
Total	62,8	64,4

*Custos com sinistros com custos imputados em % dos prémios adquiridos.

2.4.3 / Provisões Técnicas de Seguro Direto

As provisões técnicas de seguro direto em 2013 ascenderam a 536 296 milhares de euros, o que significa uma diminuição de 34 673 milhares de euros relativamente ao ano anterior (-6,1%). Destaque para a Provisão para Sinistros, que diminuiu 32 597 milhares de euros, repartida pelo aumento em AT de 13 296 milhares de euros e pela diminuição da provisão afeta a outros ramos, em 45 893 milhares de euros.

(milhares de euros)

Provisões Técnicas de Seguro Direto	2013	2012	VAR 13/12 %
Provisão para prémios não adquiridos	75 950	81 254	-6,5%
Provisão para sinistros	432 561	465 158	-7,0%
Acidentes de trabalho	201 577	188 281	7,1%
Outros ramos	230 984	276 877	-16,6%
Outras provisões técnicas	27 785	24 557	13,1%
Total	536 296	570 969	-6,1%

2.4.4 / Resseguro Cedido

O saldo de resseguro cedido em 2013, de 25 537 milhares de euros, foi desfavorável, face a 2012, em 1 895 milhares de euros (+8,0%), devido ao maior volume de Prémios pagos aos resseguradores.

(milhares de euros)

Resseguro Cedido	2013	2012	VAR 13/12 %
Prémios	54 346	52 247	4,0%
Comissões	-7 779	-8 462	-8,1%
Sinistros e variação das provisões técnicas	-21 030	-20 143	4,4%
Resultado	25 537	23 642	8,0%

2.4.5 / Saldo Técnico Líquido de Resseguro

O saldo técnico líquido de resseguro em 2013, no valor de 58 998 milhares de euros, apresentou um decréscimo de 7,5% em relação ao ano anterior.

A quebra da produção de seguro direto e o aumento da variação das provisões técnicas, foi superior à melhoria verificada nos custos com sinistros, resultando assim numa diminuição do saldo técnico líquido de resseguro em 4 806 milhares de euros.

Por ramos, a maior quebra foi registada em Acidentes e Doença com o saldo técnico a descer 10 725 milhares de euros (quebra da produção, aumento dos custos com sinistros e da variação das provisões técnicas).

Por outro lado, a maior subida verificou-se em Incêndio e outros Danos, cujo saldo técnico líquido de resseguro apresentou um acréscimo de 6 991 milhares de euros em relação ao ano anterior (descida da produção e saldo de resseguro mais desfavorável mas melhoria dos custos com sinistros e da variação das provisões técnicas).

(milhares de euros)

Saldo Técnico, Líquido de Resseguro	2013	2012	VAR 13/12 %
Acidentes e doença	-5 989	4 736	-226,5%
Incêndio e outros danos	8 686	1 695	412,4%
Automóvel	52 148	53 980	-3,4%
Transportes	1 710	1 353	26,4%
Responsabilidade civil	3 744	1 211	209,2%
Diversos	-1 301	829	-256,9%
Total	58 998	63 804	-7,5%

2.4.6 / Custos Operacionais

O total de custos operacionais atingiu o valor de 66 854 milhares de euros, em linha com o ano anterior. O comportamento dos custos foi conseguido devido às fortes medidas de contenção desenvolvidas pela Companhia através da contínua implementação do plano de eficiência de custos em curso.

Os Custos com Pessoal, no valor de 36 136 milhares de euros cresceram 1,6% (+573 milhares de euros) e os custos com Fornecimentos e Serviços Externos diminuíram 2,0% (-448 milhares de euros).

(milhares de euros)

Custos Operacionais	2013	2012	VAR 13/12 %
Custos com pessoal	36 136	35 563	1,6%
Fornecimentos e serviços externos	21 451	21 899	-2,0%
Impostos e taxas	2 427	2 418	0,4%
Amortizações	6 170	6 230	-1,0%
Outros*	670	678	-1,2%
Total	66 854	66 788	0,1%

* Inclui Provisões para Riscos e Encargos, Juros Suportados, Comissões e Outros Custos com Investimentos.

2.4.7 / Quadro de Pessoal

Durante o exercício de 2013 foram admitidos no quadro efetivo 19 novos Colaboradores e verificaram-se 29 saídas, das quais 17 por situações de pré-reforma e de reforma.

Em consequência destes movimentos, o quadro efetivo diminuiu 1,5% face a 2012 para 665 Colaboradores. A produtividade diminuiu em relação ao ano anterior, fruto da diminuição verificada na produção, com o rácio de prémios de seguro direto por Colaborador do quadro efetivo a atingir 481 milhares de euros (495 milhares de euros em 2012).

	2013	2012	VAR 13/12 %
Admissões	19	21	-9,5%
Saídas	29	24	20,8%
Das quais pré-reforma ou reforma	17	17	0,0%
Total quadro efetivo	665	675	-1,5%
Prémios SD/ N° Efetivos (milhares de euros)	481	495	-2,8%

2.4.8 / Investimentos

O comportamento dos mercados financeiros durante o ano de 2013, ficou marcado por um ambiente de maior propensão ao risco e de diminuição da volatilidade. As políticas monetárias generalizadamente expansionistas tiveram um contributo decisivo na performance dos mercados, principalmente nos ativos de maior risco.

O Banco Central Europeu reduziu a sua taxa de referência para um mínimo histórico de 0,25%, enquanto os Bancos de Inglaterra e do Japão mantiveram os seus programas de compra de ativos. Por outro lado, nos EUA, a melhoria dos indicadores económicos levou a Reserva Federal a iniciar a redução do seu programa de compra de obrigações (*tapering*), tal como tinha assinalado previamente em meados do ano.

Estas condições favoráveis, combinadas com a recuperação económica verificada ao longo do ano, permitiu que os principais índices acionistas norte-americanos atingissem máximos históricos. As *yields* dos *Treasuries* subiram, em 2013, de 1,76% para ligeiramente acima de 3%, movimento justificado em grande medida pelo *tapering* do FED.

Na zona euro, os índices acionistas também apresentaram valorizações significativas e os prémios de risco da dívida pública dos países da periferia contraíram-se significativamente. Irlanda e Espanha concluíram com sucesso os seus respetivos programas de ajuda financeira, contribuindo decisivamente para o fim da crise da dívida soberana. A perspetiva de uma liquidez menos acessível penalizou, em geral, os mercados emergentes.

Em Portugal, a melhoria dos indicadores de atividade ao longo de 2013, traduziram-se numa recuperação da atividade económica a partir do 2º trimestre do ano. Este desempenho resultou principalmente do dinamismo das exportações e da estabilização da procura interna, apesar do processo de consolidação orçamental ainda em curso. A evolução económica mais positiva a par com uma maior propensão a ativos de risco nos mercados financeiros, levaram à redução em 2013 dos prémios de risco associados à dívida soberana portuguesa. Portugal conseguiu regressar aos mercados de emissão de dívida e a *yield* das OT's a 10 anos fechou o ano em 6,13%, face aos perto de 7% verificados no final de 2012.

A Tranquilidade, mantendo uma posição de balanço predominantemente defensiva e diversificada, executou uma política de investimentos tática

e descontinuada, ao longo do ano, o que permitiu obter um nível de retorno significativamente superior ao inicialmente estabelecido.

Tendo por base o cenário macroeconómico e a manutenção do *status quo* ao nível dos investimentos estratégicos, a política de investimentos privilegiou a exposição a dívida de taxa fixa, soberana e *corporate*, com especial incidência em emittentes portugueses, através de emissões que ofereciam boa relação entre o risco e rentabilidade.

Em traços gerais e em termos cronológicos existem três períodos distintos na execução da política de investimentos sob o mercado obrigacionista.

O primeiro período decorreu até à primeira data relevante, 22 de maio. Até aqui, ainda sob a influência da promessa de Mario Draghi de “fazer tudo o que for necessário, para preservar o euro”, o apetite pelo risco dos investidores fez descer as taxas de juro. Neste período, a empresa teve maior apetência por obrigações de risco abaixo de *investment grade*, quer no mercado secundário, quer no mercado primário beneficiando do prémio adicional.

De forma crescente e controlada, aumentou-se a duração média da carteira, que nunca chegou a ultrapassar os 4 anos. A exposição à dívida pública portuguesa aumentou até ao final de março, reduzindo-se fortemente em meados de abril com o chumbo do Tribunal Constitucional do Orçamento do Estado de 2013 e a crise financeira no Chipre. Portanto, uma forte atividade com rotatividade das posições com intuito de garantir a realização de ganhos já atingidos potencialmente. Na expectativa da continuação de baixos juros nas taxas interbancárias, alienou-se parte da carteira de obrigações de taxa variável, reinvestindo-se a liquidez gerada em obrigações de taxa fixa com *yields* que compensassem, no ano, as perdas obtidas.

Em 22 de maio ocorreu o pré-anúncio da redução dos estímulos monetários mensais da Reserva Federal. Esta mudança da política monetária, foi considerada o fator estrutural mais importante e gerou uma reação mundial global que se estendeu pelo verão. Perante a possibilidade de antecipação da redução de estímulos económicos, assistiu-se a um movimento de aversão a ativos de risco nos mercados financeiros. Neste período a empresa reduziu a sua exposição a obrigações de taxa fixa, sobretudo as emissões de maior duração e de maior risco e adotou uma postura tática e cautelosa.

A segunda data relevante e início do terceiro período, situa-se a 21 de julho, com o culminar da crise política em Portugal. O ano de 2013, foi um ano de forte volatilidade para os títulos de dívida portuguesa, com oscilações acentuadas para ambos os lados mas com um final promissor. No pico da turbulência a *yield* das OT's a 10 anos chegou a tocar nos 7,52%, a mais alta do ano. Por esta altura, verificava-se o desanuviar das tensões financeiras na Zona Euro. Nesta fase, a empresa voltou a investir fortemente em emissões de taxa fixa com maturidade longa, estratégia que permitiu a captação de prémios de risco mais atrativos. No final de setembro, atingiu-se o pico de exposição na dívida pública portuguesa (113 204 milhares de euros, correspondente a 14% do total da carteira de investimentos), período a partir do qual se registaria a queda continua das *yields* associadas.

No final do ano a exposição a Obrigações do Tesouro era inferior à do início do ano, apenas, permanecendo em balanço posições em *held to maturity*. Em contrapartida, a exposição a *corporates* portuguesas tinha progredido substancialmente. Registava-se uma forte redução da exposição a emissores *financials*, sob o total da carteira de obrigações, passando-se de 50% registados no início do ano, para cerca de 30% no final do ano. A carteira de obrigações registou uma rotação (volume transações ponderada pela carteira média) de cerca de 6,1 vezes, consequência da forte atividade de investimento e desinvestimento.

Relativamente às outras classes de ativos, nomeadamente as obrigações de taxa variável registou-se uma redução de 36,6% (-27 263 milhares de euros). Em todos os períodos foram mantidos níveis robustos de liquidez, quer através de depósitos a prazo quer através de outros ativos de maturidade curta ou de liquidificação rápida, como os fundos de tesouraria. Terminou-se o ano com cerca de 51 427 milhares de euros em situação de depósitos, dispersa pelas principais instituições bancárias portuguesas. A exposição a *equity*, quase sempre de forma indireta (ETF's ou fundos de investimento), nunca teve grande volume em termos de balanço, relevada quase sempre a um patamar de alternativo, sendo o principal risco o mercado americano.

Não foi realizada qualquer operação envolvendo *hedge funds* ou produtos de características semelhantes. Os derivados utilizados serviram única e exclusivamente para cobertura cambial.

No Imobiliário, houve uma ligeira diminuição das posições diretas -1,9% (-1 359 milhares de euros) e um incremento das posições sob fundos de investimento.

(milhares de euros)

Ativos sob Gestão ⁽¹⁾	2013	2012	VAR 13/12 %
Obrigações	257 135	290 392	-11,5%
Taxa fixa	209 880	215 874	-2,8%
Taxa variável	47 255	74 518	-36,6%
Ações e Fundos de Investimento	411 796	354 492	16,2%
Estratégicos	272 151	276 865	-1,7%
Ações	0	0	-
Fundos de investimento	139 645	77 627	79,9%
Imóveis	69 225	70 584	-1,9%
Uso próprio	24 829	24 468	1,5%
Rendimento	44 396	46 116	-3,7%
Liquidez	51 427	108 577	-52,6%
Outros	4 863	1 800	170,2%
Total	794 446	825 845	-3,8%
Operações de reporte	0	132 459	-100,0%
Ativos a deter até à maturidade	84 773	86 045	-1,5%

(1) Valores apurados numa ótica de gestão.

A carteira de investimentos apresenta no final do ano um decréscimo de -31 399 milhares de euros (-3,8%), face a 2012. Esta evolução resulta da atualização do valor de mercado dos investimentos estratégicos, e da liquidez direcionada para o pagamento de dividendos e atividade operacional.

A diminuição dos ganhos potenciais nos investimentos estratégicos foi de cerca de -9 962 milhares de euros. Esta classe apresentava, no final do ano, ganhos potenciais na ordem dos +123 582 milhares de euros.

Durante o ano, a empresa procedeu à eliminação das operações de reporte e registou uma diminuição de investimentos a deter até à maturidade em cerca de -1,5% (-1 272 milhares de euros).

(milhares de euros)

Resultado Financeiro ⁽¹⁾	2013	2012	VAR 13/12 %
Rendimentos	22 452	25 722	-12,7%
Títulos	20 971	24 614	-14,8%
Imóveis	1 481	1 108	33,7%
Ganhos e Perdas	9 007	8 574	5,1%
Títulos	10 279	9 219	11,5%
Imóveis	-1 272	-645	97,2%
Imparidades/ Reversão	-3 073	-12	25 508,3 %
Títulos	-3 073	-12	25 508,3%
Imóveis	0	0	-
Total	28 386	34 284	-17,2%

(1) Valores apurados numa ótica de gestão. Inclui custos e proveitos com operações de reporte financeiro, valorização de passivos financeiros e desreconhecimento de passivos contingentes.

Ao nível dos resultados financeiros, o ano de 2013, apresenta um decréscimo homólogo de -5 898 milhares de euros (-17,2%). No ano de 2012, havia sido registado um ganho, não recorrente, com a operação de alienação da Pastor Vida. Caso essa discrepância fosse expurgada, a variação homóloga teria sido positivo de +187 milhares de euros.

Em 2013, o nível de ganhos e perdas realizadas é, sensivelmente, semelhante ao obtido no ano transato, apesar de alguma disparidade entre títulos (+1 060 milhares de euros) e imóveis (-627 milhares de euros).

A maior variação homóloga regista-se ao nível dos rendimentos gerados, com um decréscimo de -12,7% (-3 270 milhares de euros), resultado da diminuição dos dividendos recebidos e de taxas de remuneração de liquidez inferiores. Relevo igualmente desfavorável para o registo de imparidades (-3 073 milhares de euros), que tinha sido praticamente inexistente em 2012.

A rentabilidade dos ativos médios sobre o resultado financeiro situou-se nos 4,5% (2012: 4,9%). Se incluirmos, a variação registada na Reserva de Justo Valor, a rentabilidade é de apenas 3,7% (2012: 8,0%).

2.4.9 / Capital Próprio e Margem de Solvência

Em 2013 o Capital Próprio aumentou +31 076 milhares de euros relativamente ao ano anterior, ascendendo a 358 193 milhares de euros. Este aumento de +9,5% é justificado, sobretudo, pela variação de cerca de 33,5 milhões de euros na reserva por impostos diferidos, na sua essência motivados pela alteração de tributação aplicável às valias em participações superiores a 5% e detidas há mais de 2 anos. Relevo também para a diminuição da reserva de reavaliação em -4 582 milhares de euros, na sequência da atualização dos investimentos estratégicos.

(milhares de euros)

Capital Próprio	2013	2012	VAR 13/12 %
Capital social	160 000	160 000	0,0%
Reservas de reavaliação	118 349	89 366	32,4%
Outras reservas	30 185	35 266	-14,4%
Resultados transitados	30 639	24 028	27,5%
Resultado líquido	19 020	18 457	3,1%
Total	358 193	327 117	9,5%

O rácio de solvabilidade estimado em dezembro de 2013 (incluindo o efeito de distribuição de dividendos) situou-se em 593,2% (+251 858 milhares de euros) o que compara com 525,7% (+ 225 129 milhares de euros) registado em 2012. Para esta evolução favorável contribuiu o aumento dos Elementos Constitutivos de +24 905 milhares de euros. O montante da Margem de Solvência a constituir diminuiu em cerca de -1 824 milhares de euros.

2.4.10 / Gestão de Risco, Sistema de Controlo Interno e Compliance

Tendo subjacente o enquadramento facultado pela Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), a Tranquilidade prosseguiu, no decorrer do ano 2012, o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II, o qual irá implicar alterações substanciais no negócio de seguro.

Durante o ano de 2013, tomou-se conhecimento que o novo regime Solvência II irá entrar em vigor a partir de janeiro de 2016, estando previsto, durante o período de 2014 e 2015, a transposição de Diretivas que alteram a Diretiva inicial 2009/138/CE. Entretanto, foram publicadas pelo EIOPA, um conjunto de orientações relativas à fase de preparação do Solvência II. Estas orientações compreendem: Pré-pedido de modelos internos; Sistema de governo; Autoavaliação prospetiva dos riscos; Submissão de informação às autoridades de supervisão. A Tranquilidade, após analisar as referidas orientações, definirá um plano de ação que permita o cumprimento e uma transição mais gradual para o novo regime.

No decurso do ano de 2013, foram desenvolvidas várias ações, das quais se destacam as seguintes:

- Participação ativa em grupos de trabalho do Instituto de Seguros de Portugal e da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projeto Solvência II;
- Participação no estudo de impacto quantitativo *Long term guarantees assessment* (LTGA);
- Maior sistematização nos procedimentos e cálculos do Modelo *Standard*;
- Sistematização e monitorização periódica do estado de implementação das recomendações delineadas e aprovadas no âmbito do sistema de controlo interno;
- Definição, formalização e monitorização de diversas políticas no âmbito do acompanhamento do Programa Solvência II;
- Monitorização dos eventos comunicados à Companhia através de participação anónima de situações potencialmente fraudulentas, desenvolvimento de procedimentos, desenvolvimentos aplicativos e emissão de relatórios periódicos, como mecanismos adicionais de controlo do risco operacional relacionado com a fraude.

Em matéria de Solvência II foi ainda efetuado o acompanhamento e monitorização das ações previstas no plano de implementação do programa de Solvência II (*Roadmap*) previamente definido.

2.5. / Proposta de Aplicação de Resultados

Os resultados do exercício atingiram 19 020 186,87 euros em 2013, para o qual propomos a seguinte aplicação:

- a) 10% do resultado do exercício no montante de 1 902 018,69 euros para Reserva Legal;
- b) Pagamento de dividendos no montante de 15 000 000,00 euros;
- c) O remanescente para Resultados Transitados.

2.6 / Objetivos para 2014

O ano de 2014 marca, para Portugal, o fim do programa de intervenção pela Troika. Os sinais positivos do desempenho económico do país e dos mercados internacionais têm-se tornado mais consistentes nos últimos meses. No entanto, as previsões económicas do Banco de Portugal para 2014 apontam para uma recuperação ténue da economia. O PIB deve crescer 0,8%, com a Formação Bruta de Capital Fixo a subir 1%. O consumo público recuará 2,3% e o consumo privado não deverá ainda crescer. A taxa de desemprego, de acordo com as previsões mais recentes do governo, deverá ainda manter-se a níveis elevados, em torno dos 15,7%.

Será um ano chave para o setor segurador inverter a situação de desequilíbrio técnico que vive há já alguns anos.

Para 2014, toda a organização da Tranquilidade continua alinhada e motivada em torno da visão de ser a “Melhor Escolha” de Clientes e Parceiros baseada nos 3 S’s - Serviço, Sensibilidade e Solidez em Equilíbrio e Estabilidade.

A Tranquilidade continua com uma visão e rumo claros, com a consistência que permite, com confiança, enfrentar os desafios exigentes do mercado. As prioridades estratégicas para 2014 são:

1. Continuar a crescer orgânica e seletivamente

- Manter o investimento na rede de Agentes e Corretores, consolidando o *share of wallet* nos Parceiros Profissionais;
- Gerir a carteira com equilíbrio, investindo na retenção e no equipamento de Clientes Particulares com Habitação, Saúde e Vida Risco e de Empresas com P&C e Vida Risco;
- Potenciar o retorno das sinergias proporcionadas pelas três redes especializadas – Seleção M, Seleção V e Clube E - transversais aos vários canais.

2. Continuar a reequilibrar a rendibilidade

- Gerir o equilíbrio de receita e rendibilidade, apostando de forma seletiva nos segmentos de Clientes mais rentáveis, melhorando a retenção e a produtividade em novos;
 - Reforçar a presença no segmento de Particulares;
 - Assegurar a competitividade em Automóvel Particulares, crítica para a receita (e margem) e para o desenvolvimento da rede de distribuição;
 - Selecionar de forma mais exigente a captação de empresas, com maior disciplina em Acidentes de Trabalho;
- Otimizar de forma contínua a eficiência operativa para a redução dos custos operacionais;
- Melhorar a rendibilidade dos investimentos;
- Manter níveis de solvência de referência.

3. Manter o enfoque na qualidade de serviço

- Continuar a investir na equipa de Colaboradores Tranquilidade consolidando uma cultura baseada em profissionalismo e performance;
- Manter os programas de avaliação contínua da satisfação de Clientes e Parceiros, já instituídos;
- Inovar na oferta, ajustando-a ao contexto económico e às novas preocupações dos Clientes;
- Continuar a simplificar processos internos para aumentar eficácia e celeridade;
- Aumentar a eficácia da comunicação com os Clientes, adotando um estilo mais direto.

4. Consolidar as operações internacionais em Espanha, Angola e Moçambique, capitalizando as competências, *know-how* e vantagens comparativas da Tranquilidade e do Grupo BES.

2.7 / Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos Acionistas, Clientes, Mediadores e Colaboradores pela sua contribuição para o desenvolvimento da Sociedade.

Registamos igualmente, com apreço, a ação do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores em vários domínios nas suas áreas de competência.

Lisboa, 4 de março de 2014

O Conselho de Administração

Rui Manuel Leão Martinho
(Presidente do Conselho de Administração)

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
(Vogal e Presidente da Comissão Executiva)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
(Vogal e Membro da Comissão Executiva)

António Miguel Natário Rio-Tinto
(Vogal e Membro da Comissão Executiva)

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
(Vogal e Membro da Comissão Executiva)

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
(Vogal e Membro da Comissão Executiva)

Miguel Luís Kolback da Veiga
(Vogal)

António José Baptista do Souto
(Vogal)

Manrico Iachia
(Vogal)

António Manuel Rodrigues Marques
(Vogal)

Bernardo Leite Faria Espírito Santo
(Vogal)

03

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



TRANQUILIDADE

03. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço (Ativo) de 31 de dezembro de 2013 e 2012

(milhares de euros)

ATIVO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2013			31 de Dezembro de 2012
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações/ Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	5 878		5 878	26 158
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7	236 144		236 144	246 096
Ativos financeiros detidos para negociação					2
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6	2 031		2 031	4 100
Derivados de cobertura					
Ativos disponíveis para venda	6	323 901	3 734	320 167	288 092
Empréstimos e Contas a Receber		77 391		77 391	254 249
Depósitos junto de empresas cedentes	6	1		1	1
Outros depósitos	6	46 645		46 645	211 368
Empréstimos concedidos	6	30 676		30 676	25 386
Contas a receber					
Outros	6	69		69	17 494
Investimentos a deter até à maturidade	6	84 773		84 773	86 045
Terrenos e Edifícios		73 743	4 518	69 225	70 584
Terrenos e edifícios de uso próprio	9	29 347	4 518	24 829	24 468
Terrenos e edifícios de rendimento	9	44 396		44 396	46 116
Outros ativos tangíveis	10	46 582	40 744	5 838	7 245
Inventários	4 e 10	223		223	221
Goodwill	12	25 785		25 785	25 785
Outros ativos intangíveis	12	66 823	51 324	15 499	14 679
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido		55 170		55 170	57 279
Provisão para prémios não adquiridos	4	16 012		16 012	16 942
Provisão para sinistros	4	39 158		39 158	40 337
Provisão para participação nos resultados					
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23				3 650
Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações		100 881	6 851	94 030	98 672
Contas a receber por operações de seguro direto	13	63 460	5 493	57 967	61 003
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	10 537	207	10 330	10 205
Contas a receber por outras operações	13	26 884	1 151	25 733	27 464
Ativos por Impostos		6 732		6 732	313
Ativos por impostos correntes	24	338		338	313
Ativos por impostos diferidos	24	6 394		6 394	
Acréscimos e diferimentos	13	1 459		1 459	1 439
Outros elementos do ativo					
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
Total Ativo		1 107 516	107 171	1 000 345	1 184 609

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRETOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Rui Manuel Leão Martinho
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Miguel Luís Kolback da Veiga
António José Baptista do Souto
Manrico Iachia
António Manuel Rodrigues Marques
Bernardo Leite Faria Espírito Santo

Balanço (Passivo e Capital Próprio) de 31 de dezembro de 2013 e 2012

(milhares de euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012
Passivo			
Provisões Técnicas		545 164	578 983
Provisão para prémios não adquiridos	4	78 599	83 195
Provisão para Sinistros	4	438 388	470 777
De vida			
De acidentes de trabalho	4	201 588	188 290
De outros ramos	4	236 800	282 487
Provisão para participação nos resultados	4	1 045	1 045
Provisão para compromissos de taxa			
Provisão para estabilização de carteira			
Provisão para desvios de sinistralidade	4	7 022	6 399
Provisão para riscos em curso	4	20 110	17 567
Outras provisões técnicas			
Outros Passivos Financeiros		291	153 845
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores	5	291	357
Outros	5 e 6		153 488
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	3 903	
Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações		52 830	48 564
Contas a pagar por operações de seguro direto	13	23 746	23 178
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	16 655	16 796
Contas a pagar por outras operações	13	12 429	8 590
Passivos por Impostos		18 325	53 105
Passivos por impostos correntes	24	18 325	27 065
Passivos por impostos diferidos	24		26 040
Acréscimos e diferimentos	13	19 855	19 579
Outras provisões	13	1 784	3 416
Outros passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
Total Passivo		642 152	857 492
Capital Próprio			
Capital	25	160 000	160 000
(Ações próprias)			
Outros instrumentos de capital			
Reservas de Reavaliação		117 933	122 515
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	26	117 933	122 515
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de ativos intangíveis			
Por revalorização de outros ativos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos	26	416	-33 149
Outras reservas	26	30 185	35 266
Resultados transitados	35	30 639	24 028
Resultado do exercício		19 020	18 457
Total Capital Próprio		358 193	327 117
Total Passivo e Capital Próprio		1 000 345	1 184 609

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRETOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Rui Manuel Leão Martinho
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Miguel Luís Kolback da Veiga
António José Baptista do Souto
Manrico Iachia
António Manuel Rodrigues Marques
Bernardo Leite Faria Espírito Santo

Ganhos e Perdas de 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2013			31 de Dezembro de 2012
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro		279 235		279 235	293 234
Prémios brutos emitidos	14	328 910		328 910	341 589
Prémios de resseguro cedido	14	-54 346		-54 346	-52 247
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	5 601		5 601	3 209
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 e 14	-930		-930	683
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	4	188 022		188 022	203 908
Montantes pagos		219 324		219 324	216 644
Montantes brutos		242 463		242 463	231 538
Parte dos resseguradores		-23 139		-23 139	-14 894
Provisão para sinistros (variação)		-31 302		-31 302	-12 736
Montante bruto		-32 481		-32 481	-8 170
Parte dos resseguradores		1 179		1 179	-4 566
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	3 166		3 166	-1 931
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4				
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	21	94 254		94 254	92 962
Custos de aquisição		69 714		69 714	70 967
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	1 005		1 005	487
Gastos administrativos		31 314		31 314	29 970
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-7 779		-7 779	-8 462
Rendimentos	16	23 079	75	23 154	27 086
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		13 008	37	13 045	14 934
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		10 071	38	10 109	12 152
Gastos Financeiros	16	2 343	8	2 351	2 642
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		2 343	8	2 351	2 642
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor Através Ganhos e Perdas	17 e 18	9 716	-8	9 708	6 827
De ativos disponíveis para venda		5 716	-8	5 708	1 781
De empréstimos e contas a receber					
De investimentos a deter até à maturidade					
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					-8 379
De outros		4 000		4 000	13 425
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através Ganhos e Perdas	17 e 18	390		390	2 329
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação					1 140
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		390		390	1 189
Diferenças de câmbio	19	181	-60	121	60
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	17 e 18	-1 272		-1 272	-645
Perdas de Imparidade (Líquidas Reversão)		-3 058	5	-3 053	-110
De ativos disponíveis para venda	6	-3 058	-15	-3 073	-12
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
De investimentos a deter até à maturidade					
De outros	7 e 13		20	20	-98
Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	-1 605		-1 605	-1 289
Outras provisões (variação)	20		1 865	1 865	26
Outros rendimentos/ gastos	20		1 344	1 344	-3 687
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
Resultado Líquido Antes de Impostos		18 881	3 213	22 094	26 250
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24		-1 943	-1 943	-2 983
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24		-1 131	-1 131	-4 810
Resultado Líquido do Exercício		18 881	139	19 020	18 457
Resultado por ação (em euros)	27			0,59	0,58

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRETOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Rui Manuel Leão Martinho
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Miguel Luís Kolback da Veiga
António José Baptista do Souto
Manrico Iachia
António Manuel Rodrigues Marques
Bernardo Leite Faria Espírito Santo

04

DEMONSTRAÇÃO
DO RENDIMENTO INTEGRAL



TRANQUILIDADE

04. DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Demonstração do Rendimento Integral de 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(milhares de euros)

	2013	2012
Itens que Poderão Vir a Ser Reclassificados para a Demonstração de Resultados	28 983	-33 537
Variação de justo valor dos ativos disponíveis para venda, filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-4 582	-48 913
Variação dos impostos correntes e diferidos	33 565	15 376
Itens que Não Irão Ser Reclassificados para a Demonstração de Resultados	-6 927	1 894
Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas	-6 927	1 894
Variação dos impostos correntes e diferidos	-	-
Outro Rendimento Integral do Exercício Depois de Impostos	22 056	-31 643
Resultado Líquido do Exercício	19 020	18 457
Total do Rendimento Integral do Exercício	41 076	-13 186

05

MAPA DE VARIÇÃO
DE CAPITAIS PRÓPRIOS



TRANQUILIDADE

05. MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS

Mapa de Variação de Capitais Próprios de 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(milhares de euros)

	Capital Social	Reservas de Reavaliação		Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas		Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
		Por Ajustamentos no Justo Valor de Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	Por Ajustamentos no Justo Valor de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		Reserva Legal	Outras Reservas			
Balanco a 1 de Janeiro 2012	160 000	192 997	-21 569	-48 525	42 210	-12 226	33 538	33 878	380 303
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		-65 637							-65 637
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			16 724						16 724
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				15 376					15 376
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas						1 894			1 894
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					3 388		-3 388		0
Distribuição de reservas / resultados transitados							-25 000		-25 000
Distribuição de lucros/prejuízos							-10 000		-10 000
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							33 878	-33 878	0
Total das Variações do Capital Próprio	0	-65 637	16 724	15 376	3 388	1 894	-4 510	-33 878	-66 643
Resultado líquido do período								18 457	18 457
Distribuição antecipada de lucros							-5 000		-5 000
Balanco a 31 de Dezembro 2012	160 000	127 360	-4 845	-33 149	45 598	-10 332	24 028	18 457	327 117
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		-9 952							-9 952
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			5 370						5 370
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				33 565					33 565
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas						-6 927			-6 927
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					1 846		-1 846		0
Distribuição de reservas / resultados transitados							0		0
Distribuição de lucros/prejuízos							-10 000		-10 000
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							18 457	-18 457	0
Total das Variações do Capital Próprio	0	-9 952	5 370	33 565	1 846	-6 927	6 611	-18 457	12 056
Resultado líquido do período								19 020	19 020
Balanco a 31 de Dezembro 2013	160 000	117 408	525	416	47 444	-17 259	30 639	19 020	358 193

06

DEMONSTRAÇÃO
DE FLUXOS DE CAIXA



TRANQUILIDADE

06. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Demonstração de Fluxos de Caixa de 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(milhares de euros)

	2013	2012
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais	-163 876	-97 371
Resultado líquido do exercício	19 020	18 457
Depreciações e amortizações do exercício	6 170	6 230
Varição das provisões técnicas de seguro direto	-33 819	-11 705
Varição das provisões técnicas de resseguro cedido	2 109	-5 249
Varição de outras provisões	-1 632	462
Varição de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	4 642	-8 435
Varição de outros ativos e passivos por impostos	-41 199	-7 629
Varição de outros ativos e passivos	-123 433	-47 026
Varição de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	4 266	-42 476
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento	153 596	137 803
Varição de investimentos	135 807	119 623
Dividendos recebidos	8 582	10 820
Juros	13 689	15 603
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	-9 542	-8 184
Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	1	3
Aquisição de imóveis	-350	-62
Alienações de terrenos e edifícios	5 409	-
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento	-10 000	-40 000
Distribuição de dividendos	-10 000	-15 000
Distribuição de reservas/ resultados transitados	-	-25 000
Varição Líquida em Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	-20 280	432
Caixa e equivalentes no início do período	26 158	25 726
Caixa e equivalentes no fim do período	5 878	26 158

07

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



TRANQUILIDADE

07. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Nota 1 / Informações Gerais

A Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (adiante designada por Tranquilidade ou Companhia) resultou da transformação em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos da então empresa pública Tranquilidade Seguros, EP, a qual foi formada a partir da fusão da Companhia de Seguros Tranquilidade, da Companhia de Seguros A Nacional e da Companhia de Seguros Garantia Funchalense.

Após as duas fases de privatização, ocorridas em finais de 1989 e de 1990, a Companhia passou a ser detida maioritariamente pelo Grupo Espírito Santo. De referir que a Companhia procedeu ainda à fusão da ESIA - Inter-Atlântico Companhia de Seguros, à data de 30 de dezembro de 2004.

A Companhia tem sede social e local principal de negócios na Av. da Liberdade, nº 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 500940231 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Exerce a atividade de seguros e resseguros em Portugal em todos os ramos técnicos Não Vida (com exceção do seguro de crédito), sob a supervisão do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) e mediante a autorização nº 1037.

Em volume de prémios diretos, os ramos técnicos de maior significado são o ramo Automóvel e o ramo de Acidentes e Doença.

Atualmente a Companhia opera através dos seus escritórios de Lisboa e Porto e de uma sucursal em Espanha. A rede de distribuição em Portugal está dividida em 22 zonas comerciais, que são suportadas por um total de 398 pontos físicos de venda que se distribuem geograficamente por todo o território continental e regiões autónomas. Por tipologia, a rede física é composta por 35 Lojas próprias, 356 Lojas de Parceiros com imagem da Tranquilidade, das quais 173 são Exclusivos e 43 são pontos de venda partilhados com balcões do Banco Espírito Santo.

As Notas incluídas no presente Anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

Nota 2 / Informação por Segmentos

A Tranquilidade explora todos os ramos de seguros Não Vida, para os quais foi autorizada pelo ISP e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos operacionais nos quais a Companhia dispõe de produtos e soluções de maior relevância ao dispor dos seus Clientes são os referidos como segue:

(Segmento de relato - Negócio)

Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel
AT Empregados Domésticos	Tranquilidade Casa	Automóvel Ligeiros
AT Conta Própria	Tranquilidade Casa Prestígio	Automóvel Clássicos
AT Conta de Outrem	MR Estabelecimento MR Condomínio	Automóvel 2 Rodas

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012, segmentada pelas linhas de negócios mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2013	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	328 910	55 515	64 981	131 105
Prémios de resseguro cedido	-54 346	-1 897	-30 140	-1 521
Prémios brutos adquiridos	334 511	55 574	65 533	135 969
Resultado dos investimentos	32 809	7 602	3 890	12 066
Custos com sinistros brutos	209 982	58 434	37 318	70 850
Custos de exploração brutos	102 033	14 852	22 837	42 782
Resultado técnico	18 881	-11 779	-2 487	35 301
Rubricas de Balanço				
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	670 406	257 253	81 898	259 594
Provisões técnicas	545 164	209 122	66 576	211 212

(milhares de euros)

2012	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	341 589	58 075	64 962	142 029
Prémios de resseguro cedido	-52 247	-1 574	-28 758	-1 611
Prémios brutos adquiridos	344 798	58 411	64 492	145 237
Resultado dos investimentos	41 364	4 031	7 317	24 286
Custos com sinistros brutos	223 368	54 865	42 462	80 843
Custos de exploração brutos	101 424	15 356	22 071	42 429
Resultado técnico	38 370	-8 709	-5 332	49 147
Rubricas de Balanço				
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	643 177	215 086	83 371	280 127
Provisões técnicas	578 983	193 619	75 050	252 169

Adicionalmente, a Companhia tem atividade em Portugal e Espanha, sendo a análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012 como segue:

(milhares de euros)

2013	Total	Portugal	Espanha
Rubricas de Ganhos e Perdas			
Prêmios brutos emitidos	328 910	328 234	676
Prêmios de resseguro cedido	-54 346	-54 298	-48
Prêmios brutos adquiridos	334 511	333 829	682
Resultado dos investimentos	32 809	32 810	-1
Custos com sinistros brutos	209 982	209 640	342
Custos de exploração brutos	102 033	101 230	803
Resultado técnico	18 881	19 607	-726
Rubricas de Balanço			
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	670 406	669 722	684
Provisões técnicas	545 164	544 608	556

(milhares de euros)

2012	Total	Portugal	Espanha
Rubricas de Ganhos e Perdas			
Prêmios brutos emitidos	341 589	340 908	681
Prêmios de resseguro cedido	-52 247	-52 205	-42
Prêmios brutos adquiridos	344 798	344 107	691
Resultado dos investimentos	41 364	41 357	7
Custos com sinistros brutos	223 368	223 161	207
Custos de exploração brutos	101 424	100 983	441
Resultado técnico	38 370	38 350	20
Rubricas de Balanço			
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	643 177	642 818	359
Provisões técnicas	578 983	578 660	323

Nota 3 / Base de Preparação das Demonstrações Financeiras e das Políticas Contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da Tranquilidade agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 20/2007-R de 31 de dezembro e n.º 22/2010-R de 16 de dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este novo Plano de Contas introduziu os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no IFRS 4 - Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2013, a Tranquilidade adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2013. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 37. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, e tal como descrito na Nota 37, a Companhia adotou, na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2013, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRC de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2013.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a Tranquilidade ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 4 de março de 2014.

Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adotados

Investimentos em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto.

Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

De acordo com o IAS 39, a Companhia optou por valorizar os investimentos em subsidiárias ao justo valor.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

De acordo com o IAS 39, a Companhia optou por valorizar os investimentos em associadas ao justo valor.

Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos ganhos e perdas, que inclui:
 - Os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
 - Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*);
 - Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.
- Ativos financeiros detidos até à maturidade, que inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, são

reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a Clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas, em determinadas circunstâncias específicas.

A Companhia adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na Nota 6.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas

e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Ativos cedidos com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Ativos	Número de Anos
Imóveis de serviço próprio	40
Equipamento informático	3 a 6
Mobiliário e material	6 a 10
Instalações interiores	5 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Material de transporte	4
Outro equipamento	3 a 10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subseqüentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subseqüentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, normalmente 3 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressupõem a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

No decurso da sua atividade, a Tranquilidade aceita e cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro direto.

Benefícios aos empregados

Pensões - Plano de benefício definido

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 e (iii) prêmio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada Colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/ custo de juros com o plano de pensões é calculado pela Companhia multiplicando o ativo/ responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/ custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral (Outras reservas).

A Companhia reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/ custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/ custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade da reforma.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos Colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia tem um plano de contribuição definida contributivo para os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995, bem como para todos os trabalhadores que observem as condições definidas no novo Contrato Coletivo de Trabalho, efetuando contribuições anuais, tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador.

Prémio de permanência

O prêmio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prêmio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Benefícios de saúde

Adicionalmente a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos Colaboradores no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma. O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Bónus

As remunerações variáveis dos Colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISP.

Reporte por segmentos operacionais

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua atividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2.

Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contábilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, ou, na ausência de cotação, é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes e Doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para participação nos resultados, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para riscos em curso, (iv) teste de adequação das responsabilidades, (v) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas.

Quando existem sinistros provocados por ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo Não Vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos

de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Nota 4 / Natureza e Extensão das Rubricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Ativos de Resseguro

Prestação de Informação que Permita Identificar e Explicar as Quantias Indicadas nas Demonstrações Financeiras Resultantes de Contratos de Seguro

Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente.

A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

A análise quantitativa dos prémios de seguro direto e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data.

A Companhia, de acordo com as Normas n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método pro-rata temporis a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respetivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com as Normas n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, o diferimento destes custos está limitado a 20% da provisão para prémios não adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos.

Para a determinação desta provisão é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data. Nos ramos de Acidentes de Trabalho na parte não relativa a pensões e Automóvel, aplica-se o método do custo médio. É também calculada pelo método do custo médio a provisão para custos de gestão de sinistros.

Com exceção dos ramos Automóvel, Doença e Responsabilidade Civil, para o IBNR, aplica-se uma taxa genérica de 6%, ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício. Para os ramos Doença, Responsabilidade Civil e Automóvel, foram feitas estimativas atuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo.

Efetua-se ainda uma Provisão Matemática no ramo de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2013 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de dezembro de 2013 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão Matemática face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de dezembro de 2013 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

A provisão para sinistros não é descontada, exceto as pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, procedendo assim a Companhia à avaliação da adequação das responsabilidades tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

Provisão matemática

As provisões matemáticas têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Para as Pensões Não Remíveis aplica-se a tábua de mortalidade TV 73/77 com uma taxa de juro de 4,7% e encargos de gestão de 1,5%, e para as Pensões Remíveis a tábua de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e encargos de gestão de 0%.

A norma estabelece igualmente que a taxa a utilizar deverá ter como referencial o rendimento futuro previsível dos ativos subjacentes após dedução prudencial e adequada. Nessa base, a Companhia determinou que a taxa de juro sem risco para a maturidade das responsabilidades era adequada. Para efeitos do teste de adequação das responsabilidades, as provisões matemáticas das pensões não obrigatoriamente remíveis (incluindo pagamentos futuros para o FAT) são calculadas com base na tábua de mortalidade TV 73/77 com a taxa de juro das obrigações portuguesas, com maturidade de 15 anos (2013: 5,93% e 2012: 6,99%) e encargos de gestão de 1,5%.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

De acordo com o estipulado pelo ISP, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Para os seguros de Cauções e Risco Atómico esta provisão é constituída quando o resultado técnico destes ramos for positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pelo ISP aplicadas ao resultado técnico.

Para o Risco Fenómenos Sísmicos, é calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pelo ISP para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

Provisões para o resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto. Relativamente à Provisão para Sinistros deve, consoante o resseguro provenha do seguro direto ou do resseguro aceite, ser calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

Variações de provisões técnicas de seguro direto e de resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD), é analisada como segue:

(milhares de euros)

Balançaço	2013			2012		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Ramos/ Grupos de Ramos						
Acidentes e doença	12 181	2 314	9 867	12 073	2 325	9 748
Incêndio e outros danos	25 998	5 107	20 891	26 550	5 142	21 408
Automóvel	49 492	9 897	39 595	54 356	10 871	43 485
Marítimo, aéreo e transportes	1 983	386	1 597	1 994	373	1 621
Responsabilidade civil geral	3 127	614	2 513	3 048	609	2 439
Crédito e caução	37	7	30	28	6	22
Proteção jurídica	6	1	5	7	1	6
Assistência	4 265	853	3 412	4 600	851	3 749
Diversos	859	170	689	893	176	717
Total	97 948	19 349	78 599	103 549	20 354	83 195

A variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite é refletida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de custos e gastos de exploração, e pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

Ganhos e Perdas	2013			2012		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Ramos/ Grupos de Ramos						
Acidentes e doença	108	-11	119	-647	-103	-544
Incêndio e outros danos	-552	-35	-517	470	62	408
Automóvel	-4 864	-974	-3 890	-3 208	-452	-2 756
Marítimo, aéreo e transportes	-11	13	-24	203	37	166
Responsabilidade civil geral	79	5	74	-164	-33	-131
Crédito e caução	9	1	8	-3	-	-3
Proteção jurídica	-1	-	-1	-	1	-1
Assistência	-335	2	-337	49	-17	66
Diversos	-34	-6	-40	91	18	73
Total	-5 601	-1 005	-4 596	-3 209	-487	-2 722

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2013	2012	2013	2012
Acidentes e doença	734	726	8	-84
Incêndio e outros danos	7 986	8 268	-282	484
Automóvel	9	-	9	-
Marítimo, aéreo e transportes	1 169	1 023	146	64
Responsabilidade civil geral	295	254	41	-13
Crédito e caução	8	6	2	-3
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	5 054	5 812	-758	54
Diversos	757	853	-96	181
Total	16 012	16 942	-930	683

A provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2013	2012	2013	2012
Acidentes de trabalho	201 588	188 290	13 164	10 897
Acidentes pessoais e doença	9 975	10 247	-187	-4 117
Incêndio e outros danos	34 935	43 122	-8 190	12 271
Automóvel	162 831	199 517	-36 674	-29 096
Marítimo, aéreo e transportes	6 672	6 601	76	-191
Responsabilidade civil geral	19 354	21 304	-2 006	1 960
Crédito e caução	42	80	-38	20
Proteção jurídica	29	64	-36	19
Assistência	-	-	-	-
Diversos	2 962	1 552	1 410	67
Total	438 388	470 777	-32 481	-8 170

No saldo da provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 136 293 milhares de euros (2012: 128 552 milhares de euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho. Neste saldo da provisão matemática está incluído o resultado obtido pelo teste de adequação de responsabilidades, que em 2013 e 2012 foi nulo, e uma atualização das contribuições para o Fundo de Acidentes de Trabalho no montante de 8 832 milhares de euros (2012: 7 668 milhares de euros).

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 20 336 milhares de euros (2012: 20 697 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2013 e ainda não reportados (IBNR). Inclui ainda uma estimativa no montante de 26 094 milhares de euros (2012: 21 620 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2012 (1)	Sinistros* Pagos em 2013 (2)	Provisão para Sinistros* em 31.12.2013 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	198 537	33 267	168 345	3 075
Incêndio e outros danos	43 122	19 147	16 761	-7 214
Automóvel				
- Responsabilidade civil	175 538	37 033	100 322	-38 183
- Outras coberturas	23 979	9 266	11 838	-2 875
Marítimo, aéreo e transportes	6 601	1 242	4 320	-1 039
Responsabilidade civil geral	21 304	2 155	14 578	-4 571
Crédito e caução	80	24	42	-14
Proteção jurídica	64	21	10	-33
Assistência	-	-	-	-
Diversos	1 552	441	785	-326
Total	470 777	102 596	317 001	-51 180

* Sinistros ocorridos no ano 2012 e anteriores.

No grupo de ramos Acidentes e Doença, os ajustamentos no ramo Acidentes de Trabalho derivam do facto do mapa não considerar os rendimentos financeiros afetos às Provisões Matemáticas.

No ramo Automóvel, os reajustamentos devem-se sobretudo a um processo de reavaliação das provisões para sinistros tendo em atenção a sua melhor adequação, face aos montantes pagos em 2012 e ao que se perspetiva futuramente. Os outros reajustamentos resultam da gestão corrente da função gestão de sinistros, não sendo significativos face ao montante global da provisão para sinistros constituída.

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2013	2012	2013	2012
Acidentes de trabalho	3 741	2 370	1 371	1 188
Acidentes pessoais e doença	167	243	-76	8
Incêndio e outros danos	16 197	18 698	-2 501	4 616
Automóvel	10 439	8 778	1 661	598
Marítimo, aéreo e transportes	3 069	2 812	257	-371
Responsabilidade civil geral	2 907	6 132	-3 225	-1 592
Crédito e caução	12	41	-29	39
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	2 626	1 263	1 363	80
Total	39 158	40 337	-1 179	4 566

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 1 193 milhares de euros (2012: 1 298 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2013 e ainda não reportados (IBNR).

A discriminação dos custos com sinistros 2013 é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	78 641	2 741	12 973	94 355
Incêndio e outros danos	43 945	1 550	-8 175	37 320
Automóvel				
- Responsabilidade civil	62 329	3 725	-38 830	27 224
- Outras coberturas	34 681	1 725	1 970	38 376
Marítimo, aéreo e transportes	2 568	101	63	2 732
Responsabilidade civil geral	3 500	427	-2 029	1 898
Crédito e caução	20	1	-35	-14
Proteção jurídica	20	8	-36	-8
Assistência	-	-	-	-
Diversos	1 366	8	1 410	2 784
Total	227 070	10 286	-32 689	204 667
Resseguro aceite	5 107	-	208	5 315
Total Geral	232 177	10 286	-32 481	209 982

A discriminação dos custos com sinistros 2012 é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	79 659	2 789	6 773	89 221
Incêndio e outros danos	28 870	1 318	12 226	42 414
Automóvel				
- Responsabilidade civil	62 015	4 191	-20 651	45 555
- Outras coberturas	35 415	1 979	-8 817	28 577
Marítimo, aéreo e transportes	3 139	114	-191	3 062
Responsabilidade civil geral	4 090	485	1 960	6 535
Crédito e caução	11	2	20	33
Proteção jurídica	13	11	19	43
Assistência	-	-	-	-
Diversos	1 087	7	67	1 161
Total	214 299	10 896	-8 594	216 601
Resseguro aceite	6 343	-	424	6 767
Total Geral	220 642	10 896	-8 170	223 368

A provisão para participação nos resultados refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2013	2012	2013	2012
Acidentes e doença	1 045	1 045	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	1 045	1 045	-	-

A provisão para desvios de sinistralidade refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2013	2012	2013	2012
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	6 389	5 789	600	569
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-2
Crédito e caução	560	544	16	10
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	73	66	7	7
Total	7 022	6 399	623	584

A provisão para riscos em curso refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2013	2012	2013	2012
Acidentes e doença	5 928	3 355	2 573	118
Incêndio e outros danos	4 361	4 731	-370	1 858
Automóvel	8 786	9 167	-381	-4 036
Marítimo, aéreo e transportes	113	27	86	27
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	1	-	1	-1
Assistência	731	230	501	-392
Diversos	190	57	133	-89
Total	20 110	17 567	2 543	-2 515

Os valores de outras provisões técnicas líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas correspondem à soma da variação expressa acima nos quadros de provisão para desvios de sinistralidade de seguro direto e de provisão para riscos em curso de seguro direto.

Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco pode ser subdividido em Risco de Prémios, Risco de Reservas e Risco Catastrófico.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;

- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efetuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas, estando inclusive implementados modelos de avaliação com recurso a modelos estocásticos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A evolução da provisão para sinistros de seguro direto com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, excluindo provisões matemáticas do ramo Acidentes de trabalho, comparando os custos efetivos com estimativas anteriores é como segue:

(milhares de euros)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Provisão para sinistros com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos	305 512	328 733	363 800	375 014	394 397	396 273	390 866	371 996	349 728	334 143	293 985
Pagamentos acumulados											
Um ano depois	106 724	91 174	105 504	100 096	98 779	94 708	95 049	95 612	84 196	86 541	
Dois anos depois	149 681	141 526	157 627	145 308	135 925	128 265	126 542	123 604	114 185		
Três anos depois	185 956	176 790	191 998	171 505	160 955	150 067	146 151	145 571			
Quatro anos depois	213 367	201 716	213 580	192 108	177 757	165 044	163 441				
Cinco anos depois	235 135	220 093	230 853	206 571	189 563	178 988					
Seis anos depois	250 333	233 869	244 762	216 254	201 297						
Sete anos depois	262 243	243 757	253 229	226 131							
Oito anos depois	269 575	250 265	261 492								
Nove anos depois	274 911	255 924									
Dez anos depois	279 695										
Estimativa final de custos com sinistros											
Um ano depois	327 363	338 836	354 407	366 449	366 560	369 571	347 727	341 903	306 449	279 650	
Dois anos depois	334 297	334 918	356 147	348 138	349 376	329 811	322 459	302 186	264 242		
Três anos depois	332 408	333 196	354 218	338 431	316 055	314 346	289 351	270 629			
Quatro anos depois	331 075	339 341	352 070	311 532	311 642	288 448	267 625				
Cinco anos depois	343 336	336 647	331 796	313 127	290 264	270 316					
Seis anos depois	340 872	323 690	334 384	295 603	275 312						
Sete anos depois	335 816	327 291	319 336	284 072							
Oito anos depois	341 335	313 502	312 892								
Nove anos depois	328 545	305 675									
Dez anos depois	322 396										
Excedente/ (défice) acumulado	- 16 884	23 058	50 908	90 942	119 085	125 957	123 241	101 367	85 486	54 493	

A Tranquilidade pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais, com o objetivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração. O programa de resseguro em 2013 foi constituído por tratados proporcionais (Quota-parte e Excedente) e por tratados não proporcionais (Excesso de Perdas, Cobertura Catastrófica e Stop Loss), conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Acidentes pessoais (proteção ao crédito)	Quota parte
Acidentes pessoais	Excesso de perdas (XL)
Acidentes de trabalho	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (responsabilidade civil)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (danos próprios)	Excesso de perdas (XL)
Cauções	Quota parte
Cauções (fidelidade)	Quota parte
Engenharia	Proporcional
Incêndio (riscos simples)	Proporcional
Incêndio (condomínio)	Proporcional
Incêndio (estabelecimento & riscos industriais)	Proporcional
Incêndio (catástrofes naturais)	Excesso de perdas (XL)
Incêndio e outros danos	Excesso de perdas (XL)
Incêndio e outros danos	Stop Loss
Incêndio e outros danos (agregada)	Excesso de perdas (XL)
Responsabilidade civil geral	Excesso de perdas (XL)
Marítimo (cascos)	Proporcional
Marítimo (mercadorias transportadas)	Proporcional
Marítimo	Excesso de perdas (XL)
Saúde	Quota parte
Saúde	Excesso de perdas (XL)
Assistência	Quota parte

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2013	2012
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	-16 633	-17 343
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-13 361	-13 394
Longevidade	Descida de 10% na mortalidade dos atuais pensionistas de acid. de trabalho	-1 862	-1 677

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas pensões matemáticas do ramo Acidentes de trabalho.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. Quando se conclui que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e as tabelas são atualizadas.

Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de spread e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adotadas pela Tranquilidade, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Com a introdução do Comité de Gestão de Risco Global foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pela Comissão Executiva;
- Validar, numa perspetiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direção de Risco Global e Controlo Interno e aprovados pela Comissão Executiva;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respetivas tolerâncias definidos pela Comissão Executiva;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de ativos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

O Comité de Gestão de Risco Global tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, sistema de controlo interno e *compliance*. Neste âmbito são também monitorizados os diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de ação para mitigação dos mesmos ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Para este efeito, importa ainda salientar que a Política de Investimentos em vigor na Companhia é definida pelo Comité Financeiro, em articulação com os limites definidos no Comité de Gestão de Risco Global, existindo desta forma uma efetiva segregação de competências nesta matéria.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco é residual, por força do reduzido valor de ativos em moeda estrangeira e da existência de um mecanismo de cobertura que mitiga grande parte desse mesmo valor. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
	2013	2012
Desvalorização de 10% no valor de todas as moedas estrangeiras face ao euro	-925	-716

Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia – bem como os fundos de investimento total ou parcialmente compostos por estes títulos – e as participações da Companhia em outras empresas. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
	2013	2012
Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-29 438	-30 765

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
	2013	2012
Descida de 10% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	-18 982	-12 183

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os ativos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos ativos encontra-se sobretudo nas obrigações,

maioritariamente de taxa variável. Os passivos estão expostos através de *repos* e das pensões não obrigatoriamente remíveis de Acidentes de Trabalho, por força da realização de testes de adequação de responsabilidades.

O cenário de subida de taxas é o cenário que implica perda de valor para a Companhia.

(milhares de euros)

Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
	2013	2012
Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos ativos	6 871	7 881
Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos ativos	-6 479	-7 356

(milhares de euros)

Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
	2013	2012
Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos passivos	-	-1 352
Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos passivos	-	1 341

Risco de spread

O risco de *spread* reflete a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*, existindo também em crédito estruturado. A exposição a derivados de crédito é imaterial.

(milhares de euros)

Rating	2013		2012	
	%	Valor	%	Valor
AAA	7%	18 189	9%	27 068
AA	6%	16 263	4%	12 432
A	5%	12 540	18%	53 061
BBB	19%	48 273	9%	27 251
BB	52%	132 821	53%	152 639
B	6%	16 399	6%	16 828
CC	0%	-	0%	1 112
Unrated	5%	12 648	0%	-
Total	100%	257 133	100%	290 391

Estes valores não incluem depósitos, *repos* e *reverse repos* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por setores de atividade, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Setor de Atividade	2013			2012		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos básicos	0%	1 848	-24	1%	5 839	-25
Comunicações	5%	28 812	-470	2%	11 161	-470
Bens consumíveis (cíclico)	1%	3 716	-	1%	4 841	-
Bens consumíveis (não-cíclico)	2%	9 737	-180	3%	15 299	-163
Energia	1%	7 130	-	0%	-	-
Financeiro	52%	289 056	-667	62%	369 365	-1 037
Fundos	4%	21 445	-2 393	5%	27 751	-1
Dívida pública	18%	99 972	-	15%	90 581	-
Industrial	1%	6 833	-	1%	8 657	-
Medicina	9%	48 823	-	8%	50 223	-
Tecnologia	0%	-	-	0%	2 969	-
Serviços públicos/ coletivos	5%	28 495	-	1%	7 283	-
Outros	1%	6 204	-	1%	4 371	-
Total	100%	552 071	-3 734	100%	598 340	-1 696

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, Ativos financeiros detidos para negociação, Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Ativos disponíveis para venda, Investimentos a deter até à maturidade e os suprimentos e prestações acessórias da rubrica de Empréstimos concedidos. Da rubrica Ativos disponíveis para venda são excluídos os fundos de investimento imobiliário por razões de coerência com a não inclusão também nesta análise dos investimentos em Terrenos e edifícios.

Estes valores não incluem depósitos, repos e reverse repos por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Importa salientar que para efeitos de mitigação deste risco, a Companhia elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/ excedentes de capital.

A análise de maturidade dos ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é como segue:

(milhares de euros)

2013	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros	6 297	105 010	67 367	167 245	88 515	385 980	820 414
Passivos financeiros	-	37 911	13 077	2 133	-	-	53 121
Líquido	6 297	67 099	54 290	165 112	88 515	385 980	767 293

(milhares de euros)

2012	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros	20 444	145 143	183 620	250 841	63 011	340 355	1 003 414
Passivos financeiros	1 396	33 421	164 208	3 384	-	-	202 409
Líquido	19 048	111 722	19 412	247 457	63 011	340 355	801 005

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de Mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Como procedimento de controlo é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na seleção dos resseguradores e dos emitentes de valores mobiliários são tidos em consideração os *ratings* e efetuada periodicamente a evolução dos mesmos ao longo do ano.

Risco operacional e risco reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação existentes na Tranquilidade face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Existência de Código de Conduta;
- Existência de normativos internos e manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos Colaboradores que interagem diretamente com os Clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas, incluindo as desempenhadas por entidades subcontratadas.

Adicionalmente, também integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão, assim como outro tipo de compensações.

Como principais medidas implementadas na Tranquilidade para mitigação do risco legal, para além de algumas já atrás referenciadas, destacamos as seguintes:

- Existência/ formalização de diversas políticas transversais a toda Companhia, em matéria de prevenção da fraude, recursos humanos, *outsourcing*, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a Tranquilidade se encontra sujeita.

Num âmbito mais específico, destaca-se ainda a existência de procedimentos formais no âmbito do processo da gestão de sinistros, nomeadamente na regularização dos mesmos, de forma a garantir o cumprimento do enquadramento legal em vigor.

No que concerne ao risco reputacional, o mesmo é definido como o risco de a empresa de seguros incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os Clientes, contrapartes, Acionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- Eventuais falhas por parte de entidades prestadoras de serviços;
- Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;
- Falhas associadas ao processo de subscrição, com impacto na relação com os Clientes em todo o ciclo de negócio existente.

Neste sentido, das principais medidas que a Tranquilidade apresenta para fazer face ao risco reputacional, destacam-se as seguintes:

- Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- Existência de procedimentos formais no âmbito da gestão de
- Existência de base de dados de contratos de maior valor celebrados com entidades externas.

Sistema de controlo interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de atividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Controlo Interno representa a implementação de atividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

Neste sentido, os riscos associados ao Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um grau de granularidade superior.

A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adotada compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objetivos, as principais atividades, riscos e controlos associados;

- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço dos controlos existentes ou a implementação de novos controlos;
- Realização de testes de efetividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correções;
- Preparação do Relatório de Política de Risco.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direções da Tranquilidade (Unidades Operacionais), as quais assumem a função de áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de riscos e respetivos controlos;
- Um segundo nível representado pela Direção de Risco Global e Controlo Interno que detém uma função de supervisão, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas, políticas e monitorização do sistema de gestão de risco, controlo interno e *compliance*;
- Um terceiro nível representado pela Direção Auditoria Interna e a Auditoria Externa, às quais cabe uma função de auditoria independente no âmbito do sistema de controlo interno, tendo como principal objetivo providenciar a garantia da efetividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras diretas ou indiretas.

O Sistema de Controlo Interno na Tranquilidade encontra-se devidamente formalizado no Relatório de Política de Risco, definido no âmbito da Norma do ISP nº 14/2005-R, de 29 de novembro, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos;
- Responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais atividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição risco;
- Controlos;
- Avaliação dos controlos;
- Recomendações.

Adicionalmente, a Tranquilidade dispõe de um registo de perdas operacionais, centralizada na Direção de Risco Global e Controlo Interno, na qual são registadas as perdas mais relevantes detetadas, permitindo desta forma a existência de mais uma forma de monitorização do risco operacional e a possibilidade de serem tomadas medidas corretivas ou definidos novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de ocorrência de novos incidentes similares no futuro.

Solvência

A Tranquilidade monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar nº 6/2007-R, de 27 de abril, do ISP e o cálculo da respetiva margem apresenta os seguintes componentes:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Elementos Constitutivos do Fundo de Garantia	302 923	278 018
Margem de Solvência a Constituir	51 065	52 889
Resultado na ótica dos prémios	51 065	52 889
Resultado na ótica dos sinistros	48 391	49 359
Resultado limite do n.º 8 do artigo 97.º	49 054	51 883
Fundo de garantia mínimo legal	3 700	3 700
Excesso/ Insuficiência da Margem de Solvência	251 858	225 129
Taxa de Cobertura da Margem de Solvência	593,2%	525,7%

Adequação dos Prémios e das Provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Rácios de Atividade

Os principais rácios de atividade, brutos de resseguro, são como segue:

	(%)	
	2013	2012
Rácio de sinistralidade ^{a)}	64,2%	64,6%
Rácio de aquisição ^{b)}	21,5%	20,9%
Rácio administrativo ^{c)}	9,5%	8,8%
Rácio Combinado	95,2%	94,3%

a) (Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + Outros custos - proveitos técnicos)/ prémios adquiridos.

b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos)/ prémios brutos emitidos.

c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados)/ prémios brutos emitidos.

Montantes Recuperáveis de Sinistros

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efetuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Contas a receber	2 758	2 867
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	-1 569	-1 548
Total Líquido	1 189	1 319

Quanto à obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados) os montantes estão incluídos na rubrica seguinte e são como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Inventários	220	219

Nota 5 / Outros Passivos Financeiros

A decomposição desta rubrica pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Outros passivos financeiros		
Depósitos recebidos de resseguradores	291	357
Acordos de recompra - valores a pagar	-	149 055
Participações financeiras subscritas por liquidar	-	3 037
Outros	-	1 396
Valor de Balanço	291	153 845

Os Depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

Os valores de Outros registados em 2012 dizem respeito a saldos bancários credores que se verificam, fruto de uma gestão financeira otimizada, tendo em atenção valores que se encontram emitidos de meios de pagamento mas ainda não descontados.

Nota 6 / Instrumentos Financeiros

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Ativos financeiros disponíveis para venda	320 167	288 092
Investimentos em filiais e associadas	236 144	246 096
Depósitos a prazo	46 645	211 368
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	2 031	4 100
Ativos financeiros detidos para negociação	-	2
Investimentos a deter até à maturidade	84 773	86 045
Total Participações e Instrumentos Financeiros	689 760	835 703

Os investimentos em filiais e associadas são alvo de exposição na Nota 7, e os restantes instrumentos financeiros são analisados ao longo da presente Nota 6.

Ativos Financeiros ao Justo Valor por Ganhos e Perdas

Encontram-se classificados nesta rubrica títulos que a Companhia designou, como consequência da aplicação do IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) estes ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ ou (ii) que estes ativos contêm instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de ativos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-
De emissores públicos	2 031	4 100
De outros emissores	-	-
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Valor de Balanço	2 031	4 100
Valor de aquisição	1 810	4 841

A Companhia possuiu nesta tipologia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 instrumentos financeiros compostos, com derivados embutidos, em títulos de rendimento fixo, como segue:

(milhares de euros)

Tipo de Risco	2013	2012
Crédito estruturado	2 031	4 100
Derivado de crédito	-	-
Total	2 031	4 100

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-
De emissores públicos	50 308	41 612
De outros emissores	120 021	158 634
Ações	10 193	10 219
Outros títulos de rendimento variável	139 645	77 627
Valor de Balanço	320 167	288 092

Estavam incluídos em 2012 investimentos vendidos com acordo de recompra e reavaliados de acordo com a política contabilística de Ativos disponíveis para venda, no valor de 104 148 milhares de euros.

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

(milhares de euros)

	Custo Amortizado ou de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	41 982	291	-661	41 612
De outros emissores	165 005	-5 998	-373	158 634
Ações	4 696	6 184	-661	10 219
Outros títulos de rendimento variável	78 365	-737	-1	77 627
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	290 048	-260	-1 696	288 092
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	50 402	-94	-	50 308
De outros emissores	123 761	-3 077	-663	120 021
Ações	4 697	6 174	-678	10 193
Outros títulos de rendimento variável	141 796	242	-2 393	139 645
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	320 656	3 245	-3 734	320 167

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Saldo em 1 de Janeiro	1 696	8 156
Dotações do exercício	3 196	12
Anulações do exercício por venda de ativos	-1 035	-6 472
Reversões do exercício	-123	-
Saldo em 31 de Dezembro	3 734	1 696

As imparidades registadas em ganhos e perdas por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respetivas categorias, são como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-663	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-2 410	-12
Total	-3 073	-12

Ativos Financeiros Detidos para Negociação

O saldo desta tipologia de ativos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013		2012	
	Justo Valor	Valor Nocial	Justo Valor	Valor Nocial
Derivados				
Contratos <i>forward</i>	-	-	2	379
Opções	-	-	-	-
Total	-	-	2	379

Os investimentos realizados pela Companhia são predominantemente em euros, detendo contudo na sua carteira algumas operações expressas em outras moedas. Desta forma, e sempre mediante autorização do seu Comité Financeiro, a Companhia efetuou alguns contratos de cobertura cambial para os respetivos investimentos em divisas.

Esses contratos de cobertura cambial, apesar de não realizarem uma cobertura perfeita, tentam cobrir o risco cambial do capital e do juro, através de sucessivas renovações ao longo do ano, utilizando para tal os mecanismos de *swap* e *forward*. Quando os contratos apresentam um justo valor negativo, os mesmos são apresentados no Passivo, em Outros passivos financeiros – Outros.

Investimentos a Deter até à Maturidade

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	49 663	48 969
De outros emissores	35 110	37 076
Valor de Balanço	84 773	86 045
Valor de balanço (sem juro decorrido)	82 921	84 070
Valor de aquisição	80 134	83 134
Valor de mercado	88 229	88 685

Estavam incluídos em 2012 investimentos vendidos com acordo de recompra e reavaliados de acordo com a política contabilística de Investimentos a deter até à maturidade, no valor de 60 950 milhares de euros.

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

(milhares de euros)

	Custo Amortizado ou de Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	48 969	-	48 969
De outros emissores	37 076	-	37 076
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	86 045	-	86 045
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	49 663	-	49 663
De outros emissores	35 110	-	35 110
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	84 773	-	84 773

Durante o exercício de 2011 a Companhia procedeu à transferência de títulos no valor de 91 007 milhares de euros para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Na Data de Transferência									
	Valor de Aquisição	Valor de Balanço	Reserva de Justo Valor		Valor dos <i>Cash Flows</i> Futuros ^(a)	Taxa Efetiva ^(b)	Valor de Mercado (final do exercício)		Reserva de Justo Valor Amortizada Acumulada (final do exercício)	
			Positiva	Negativa			2012	2013	2012	2013
De ativos financeiros disponíveis para venda	97 674	91 007	14	-8 329	119 259	7,3%	79 525	82 379	-3 730	-5 595

(a) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

(b) A taxa efetiva foi calculada com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *coll*, quando aplicável, e a data de maturidade do ativo.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras da Tranquilidade seria o seguinte:

(milhares de euros)

	2013	2012
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Impacto no capital próprio		
- Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	3 173	2 165
- Reserva por impostos diferidos	-918	-626
	2 255	1 539

Outros Ativos Financeiros

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a Companhia detém ainda outros ativos conforme segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Empréstimos concedidos	30 676	25 386
Depósitos junto de empresas cedentes	1	1
Acordos de revenda - valores a receber	-	16 597
Outros	69	897
Total de Outros Ativos Financeiros	30 746	42 881

Em 2013 e 2012, o valor de Outros corresponde a operações financeiras em fase de regularização tendo em atenção as suas datas valor.

O montante de empréstimos diz respeito a prestações acessórias e outros empréstimos ou suprimentos concedidos, conforme segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Prestações acessórias - LOGO	21 750	19 500
Prestações acessórias - Europ Assistance	1 410	1 410
Suprimentos - Contact Center	1 655	277
Suprimentos - Esumédica	1 000	1 000
Suprimentos - Imocrescente	2 407	1 400
Empréstimos - Corpus Christi	510	-
Empréstimos - Imocrescente	255	-
Empréstimos a colaboradores	1 689	1 799
Total de Empréstimos Concedidos	30 676	25 386

Justo Valor de Ativos e Passivos Financeiros Registrados ao Custo Amortizado

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2013		2012	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5 878	5 878	26 158	26 158
Empréstimos e contas a receber	77 391	77 391	254 249	254 249
Investimentos a deter até à maturidade	88 229	84 773	88 685	86 045
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	94 030	94 030	98 672	98 672
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	265 528	262 072	467 764	465 124
Outros passivos financeiros	291	291	153 845	153 845
Outros credores por operações de seguros e outras operações	52 830	52 830	48 564	48 564
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	53 121	53 121	202 409	202 409

Tendo em conta que estes ativos e passivos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo à data do balanço, com exceção dos Investimentos a deter até à maturidade em que o justo valor foi determinado com base em cotações de mercado.

Metodologias de Valorização

O valor dos instrumentos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS 13, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2013			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	304 227	-	15 940	320 167
Títulos e unidades de participação	139 645	-	-	139 645
Ações e outros títulos de rendimento variável	108	-	10 085	10 193
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	50 308	-	-	50 308
De outros emissores	114 166	-	5 855	120 021
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas	227	-	1 804	2 031
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	-	-	-	-
De outros emissores	227	-	1 804	2 031
Derivados	-	-	-	-
Investimentos a Deter até à Maturidade (A Valores de Mercado)	88 229	-	-	88 229
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	51 952	-	-	51 952
De outros emissores	36 277	-	-	36 277
Total	392 683	-	17 744	410 427

(milhares de euros)

	2012			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	254 596	16 236	17 260	288 092
Títulos e unidades de participação	77 627	-	-	77 627
Ações e outros títulos de rendimento variável	89	-	10 130	10 219
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	41 612	-	-	41 612
De outros emissores	135 268	16 236	7 130	158 634
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas	2 177	-	1 923	4 100
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	-	-	-	-
De outros emissores	2 177	-	1 923	4 100
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros Detidos para Negociação	-	2	-	2
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	-	-	-	-
De outros emissores	-	-	-	-
Derivados	-	2	-	2
Investimentos a Deter até à Maturidade (A Valores de Mercado)	88 685	-	-	88 685
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	50 727	-	-	50 727
De outros emissores	37 958	-	-	37 958
Total	345 458	16 238	19 183	380 879

Os níveis representam a seguinte descrição:

- **Nível 1** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- **Nível 2** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- **Nível 3** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Exposição à Dívida Soberana

Com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

(milhares de euros)

Emitente/ Carteira	31 de Dezembro de 2013					
	Valor Balanço	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média (%)	Maturidade Média Anos	Nível de Valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 468	1 468	-16	5,5%	10	1
Investimentos a deter até à maturidade	42 171	43 874	-1 399	4,1%	3	-
Total	43 639	45 342	-1 415			

(milhares de euros)

Emitente/ Carteira	31 de Dezembro de 2012					
	Valor Balanço	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média (%)	Maturidade Média Anos	Nível de Valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda	21 208	21 208	223	2,5%	2	1
Investimentos a deter até à maturidade	41 522	42 567	-	4,1%	4	-
	62 730	63 775	223			
Irlanda						
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	1 872	2 165	-	4,6%	3	-
	1 872	2 165	-			
Total	64 602	65 940	223			

Nota 7 / Investimentos em Filiais e Associadas

Na apresentação das suas demonstrações financeiras individuais a Tranquilidade detém o seguinte conjunto de investimentos:

(milhares de euros)

Nome da Empresa/ Sede	Classificação	Método Valorização	Participação (%)			Dados Financeiros 2013			
			Direta	Direito de Voto	Efetiva	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultado Líquido
T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. Av. da Liberdade, 242 1250-149 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	100,00	100,00	100,00	852 573	784 992	67 581	4 296
Seguros LOGO, S.A. R. D. Manuel II, 290 4050-344 Porto (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	100,00	100,00	100,00	26 532	20 929	5 603	-2 481
Esumédica-Prestação de Serviços Médicos, S.A. Av. da Liberdade, 242 1250-149 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	100,00	100,00	100,00	1 028	2 674	-1 646	-19
Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A. Rua da Sé, n.º 114, 1.º andar, Porta 111 Distrito Urbano 1 MAPUTO	Subsidiária	Justo Valor	99,996	100,00	100,00	2 106	1 518	588	-528
Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A. Rua da Sé, n.º 114, 1.º andar, Porta 111 Distrito Urbano 1 MAPUTO	Subsidiária	Justo Valor	99,997	100,00	100,00	1 393	411	982	-437
Espírito Santo Contact Center, S.A. Av. Infante D. Henrique, 343 - C 1800-218 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	55,42	55,42	55,42	8 630	6 829	1 801	253
Advancecare – Gestão e Serviços de Saúde, S.A. Av. da Liberdade, 49 a 57, 1.º 1250-139 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	51,00	51,00	51,00	10 502	2 877	7 625	2 234
Tranquilidade - Corporação Angolana de Seguros, S.A. Edifício ESCOM, Rua Marechal Brós Tito, n.º 35 15.º D LUANDA	Empresa Associada	Justo Valor	49,00	49,00	49,00	14 520	13 069	1 451	15
Europ Assistance, S.A. Av. Álvares Cabral, 41 - 3.º e 4.º 1250-015 Lisboa (Portugal)	Empresa Associada	Justo Valor	47,00	47,00	47,00	49 185	33 862	15 323	4 040
BES, Companhia de Seguros, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75, 8.º 1070-061 Lisboa (Portugal)	Empresa Associada	Justo Valor	25,00	25,00	25,00	116 330	86 116	30 214	6 993

A participação de 55,42% na Espírito Santo Contact Center, S.A., para efeitos de contas consolidadas é elevada para 56,30%, tendo em atenção a participação indireta via BES, Companhia de Seguros, S.A..

As alterações aos valores das participações ao longo de 2013 foram como segue:

Os investimentos em 31 de dezembro de 2013 apresentam a seguinte segregação por empresa e composição do valor de balanço:

(milhares de euros)

	Valor de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Advancecare	486	36 914	-	37 400
BES Seguros	3 759	12 341	-	16 100
ES Contact Center	1 846	4 254	-	6 100
Esumédica	445	855	-	1 300
Europ Assistance	4 222	27 668	-	31 890
LOGO	20 000	-	-	20 000
Tranquilidade Corp. Angolana Seguros	7 318	-900	-	6 418
Tranquilidade Moçambique Seguros	1 361	-149	-	1 212
Tranquilidade Moçambique Seguros Vida	1 810	-186	-	1 624
T-Vida	77 489	36 611	-	114 100
Total	118 736	117 408	-	236 144

	Valor de Balanço Inicial	Aquisições, Aumentos de Capital e Alienações	Imparidade	Reserva de Justo Valor	Valor de Balanço Final
Advancecare	39 000	-	-	-1 600	37 400
BES Seguros	18 600	-	-	-2 500	16 100
ES Contact Center	4 000	-	-	2 100	6 100
Esumédica	1 100	-	-	200	1 300
Europ Assistance	24 500	-	-	7 390	31 890
LOGO	20 000	-	-	-	20 000
Tranquilidade Corp. Angolana Seguros	6 810	-	-	-392	6 418
Tranquilidade Moçambique Seguros	1 276	-	-	-64	1 212
Tranquilidade Moçambique Seguros Vida	1 710	-	-	-86	1 624
T-Vida	129 100	-	-	-15 000	114 100
Total	246 096	-	-	-9 952	236 144

Na valorização das participações, e de acordo com os níveis prescritos no IFRS 13, foram utilizados os métodos de nível 3, i.e., valorizações internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Nota 8 / Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Caixa	400	294
Depósitos em instituições de crédito	5 478	25 864
Total	5 878	26 158

Nota 9 / Terrenos e Edifícios

A valorização do património imobiliário é efetuada pelo modelo do custo nos imóveis de serviço próprio e pelo modelo de justo valor nos imóveis de rendimento. Independentemente do modelo de valorimetria são efetuadas avaliações de forma regular a todos os imóveis.

Estas avaliações são efetuadas através da ponderação combinada dos métodos de avaliação “Comparativo de Mercado” e “Rendimento”, e os valores respetivos conduzem às alterações de justo valor nas propriedades de investimento (imóveis de rendimento) e servem para efeitos de teste de imparidade nos ativos tangíveis (imóveis de serviço próprio).

O método comparativo de mercado é sempre utilizado, sendo o mesmo suportado em evidências de mercado, onde é efetuada uma prospeção de mercado de imóveis que sejam comparáveis ao imóvel objeto de avaliação, fundamentando-se os valores pela análise de transações de propriedades análogas.

Os imóveis são classificados como de uso próprio na medida em que façam da atividade operacional da empresa e de rendimento nos casos restantes. Existem alguns que, pelo seu uso ser repartido merecem a classificação de mistos, sendo cada parte analisada e valorizada separadamente. Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

Modelo de justo valor

Os saldos e os movimentos ocorridos nos Imóveis de Rendimento em ambos os exercícios podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Propriedades de Investimento - Edifícios de Rendimento	2013	2012
Saldo Líquido a 1 de Janeiro	46 116	46 501
Adições por aquisição	350	62
Adições por beneficiações	164	198
Transferências	4 444	-
Abates/ vendas	-5 409	-
Variações justo valor	-1 269	-645
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	44 396	46 116

Todos os imóveis de rendimento detidos pela Companhia têm como objetivo a obtenção de rendas, mesmo que por alguma razão não seja cobrada renda, não havendo portanto imóveis com o objetivo exclusivo de valorização. A análise dos imóveis de rendimento consoante a sua capacidade de gerar renda é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Imóveis que geraram rendimentos de rendas	35 837	35 577
Imóveis que não geraram rendimentos de rendas	8 559	10 539
Total	44 396	46 116

As quantias reconhecidas em resultados relativas a rendimentos e custos com propriedades de investimento são como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Rendimentos de Rendas	1 481	1 108
Custos Operacionais	282	352
- em imóveis que geraram rendimentos de rendas	149	159
- em imóveis que não geraram rendimentos de rendas	133	193

Englobado nos rendimentos de rendas acima referidos, existe um arrendamento de cerca de 248 mil euros anuais, por um período definido (i.e. 2019), referente a um espaço comercial e sujeito a renegociação com o arrendatário após esse período.

Modelo do custo

O saldo das rubricas de Imóveis de Serviço Próprio é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Valor Bruto	29 347	28 500
Amortizações e imparidades acumuladas	-4 518	-4 032
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	24 829	24 468

O movimento ocorrido nos Imóveis de Serviço Próprio em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

Ativos Tangíveis - Edifícios de Serviço Próprio	2013	2012
Saldo Líquido a 1 de Janeiro	24 468	24 726
Adições por aquisição	-	-
Adições por beneficiações	847	205
Transferências	-	-
Abates/ vendas	-	-
Imparidades - [(dotação)/ utilização]	-	-
Amortizações do exercício	-486	-463
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	24 829	24 468

Nota 10 / Outros Ativos Fixos Tangíveis e Inventários

Para além dos imóveis de serviço próprio referidos no ponto anterior, a Companhia possui outros ativos tangíveis valorizados ao modelo do custo e que são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Equipamento	43 442	42 050
Equipamento administrativo	4 508	4 433
Máquinas e ferramentas	1 701	1 673
Equipamento Informático	32 536	31 681
Instalações interiores	1 950	1 950
Despesas edifícios arrendados	1 429	995
Material transporte	868	868
Outras imobilizações corpóreas	450	450
Imobilizado em Curso	3 140	4 807
Amortizações Acumuladas	-40 744	-39 612
Imparidades	-	-
Total	5 838	7 245

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, sobre o saldo líquido, são analisados como segue:

(milhares de euros)

	Equipamento	Imobilizado em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2012	2 464	3 842	6 306
Adições	1 316	965	2 281
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	-1 339	-	-1 339
Abates/ vendas	-3	-	-3
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	2 438	4 807	7 245
Adições	1 417	2 777	4 194
Transferências	-	-4 444	-4 444
Amortizações do exercício	-1 156	-	-1 156
Abates/ vendas	-1	-	-1
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	2 698	3 140	5 838

De referir ainda a existência de outros ativos, fundamentalmente relacionados com situações de salvados e que representam em 2013, 220 milhares de euros (2012: 219 milhares de euros).

Nota 11 / Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

A indicação de quais os ativos afetos e não afetos às carteiras de seguros que a Companhia explora, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são como segue:

(milhares de euros)

	2013		
	Seguros Não Vida	Não Afetos	Total
Caixa e equivalentes	4 272	1 606	5 878
Terrenos e edifícios	69 225	-	69 225
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	228 744	7 400	236 144
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	2 031	-	2 031
Derivados de cobertura	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	319 309	858	320 167
Empréstimos concedidos e contas a receber	73 907	3 484	77 391
Investimentos a deter até à maturidade	84 773	-	84 773
Outros ativos tangíveis	-	5 838	5 838
Outros ativos	-	198 898	198 898
Total	782 261	218 084	1 000 345

(milhares de euros)

	2012		
	Seguros Não Vida	Não Afetos	Total
Caixa e equivalentes	25 370	788	26 158
Terrenos e edifícios	70 584	-	70 584
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	240 996	5 100	246 096
Ativos financeiros detidos para negociação	2	-	2
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	4 100	-	4 100
Derivados de cobertura	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	287 193	899	288 092
Empréstimos concedidos e contas a receber	251 837	2 412	254 249
Investimentos a deter até à maturidade	86 045	-	86 045
Outros ativos tangíveis	-	7 245	7 245
Outros ativos	-	202 038	202 038
Total	966 127	218 482	1 184 609

Nota 12 / Ativos Intangíveis

Todos os ativos intangíveis são valorizados ao método do custo. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas e 3 anos para o *software*, sendo as amortizações calculadas de forma linear.

O *Goodwill* representa a diferença positiva entre o custo de aquisição da Companhia de Seguros ESIA e o justo valor atribuível dos respetivos ativos líquidos adquiridos e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais, sendo que o valor recuperável não revela a existência de sinais de imparidade.

O saldo das rubricas de *Goodwill* e Outros intangíveis é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Goodwill	25 785	25 785
Outros intangíveis	66 823	61 475
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	49 901	45 004
Software	11 198	10 752
Intangíveis em curso	5 724	5 719
Amortizações Acumuladas	-51 324	-46 796
Imparidades	-	-
Total	41 284	40 464

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)					
	<i>Goodwill</i>	Outros Intangíveis	Despesas de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas	Software	Intangíveis em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2012	25 785	13 232	6 685	1 589	4 958	39 017
Adições	-	5 903	192	507	5 204	5 903
Amortizações do exercício	-	-4 428	-3 805	-623	-	-4 428
Imparidades	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-28	3 994	421	-4 443	-28
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	25 785	14 679	7 066	1 894	5 719	40 464
Adições	-	5 348	116	446	4 786	5 348
Amortizações do exercício	-	-4 528	-3 803	-725	-	-4 528
Imparidades	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	4 781	-	-4 781	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	25 785	15 499	8 160	1 615	5 724	41 284

As amortizações de ativos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Amortizações do Exercício de Ativos Intangíveis	-4 528	-4 428
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - montantes brutos	1 130	1 114
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	2 327	2 310
Gastos administrativos	1 062	997
Gastos financeiros		
Outros	9	7

Nota 13 / Outros Ativos, Passivos, Ajustamentos e Provisões

Ativos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Ativo Bruto	63 460	66 772
Tomadores de seguro		
-Recibos por cobrar	52 176	56 571
-Reembolsos de sinistros	8 110	8 081
Mediadores de seguro	451	228
Co-seguradoras	2 723	1 892
Ajustamentos	-5 493	-5 769
Recibos por cobrar	-3 686	-4 028
Créditos de cobrança duvidosa	-1 807	-1 741
Ativo Líquido	57 967	61 003

Os reembolsos exigidos relativamente às prestações efetuadas em consequência de sinistros ocorridos durante o período de suspensão de garantias e ainda não recebidos são no montante de 2 758 milhares de euros (2012: 2 867 milhares de euros).

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Ativo Bruto	10 537	10 467
Resseguradores	9 375	10 063
Ressegurados	1 162	404
Ajustamentos	-207	-262
Créditos de cobrança duvidosa	-207	-262
Ativo Líquido	10 330	10 205

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Ativo Bruto	26 884	28 304
Entidades relacionadas	31	27
Adiantamentos a fornecedores de bens e serviços	77	-
IFADAP	10 685	12 415
FAT	1 203	945
Gestão por conta IDS e representadas	1 848	1 839
Cauções	657	755
Rendas e outros valores à cobrança	587	1 246
Pessoal	445	433
Outros valores a receber	11 351	10 644
Ajustamentos	-1 151	-840
Créditos de cobrança duvidosa	-1 151	-840
Ativo Líquido	25 733	27 464

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e refletido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Ajustamento de Recibos por Cobrar		
Saldo em 1 de Janeiro	4 028	4 314
Dotações do exercício	-	-
Utilizações do exercício	-342	-286
Saldo em 31 de Dezembro	3 686	4 028
Ajustamento de Créditos de Cobrança Duvidosa		
Saldo em 1 de Janeiro	2 843	2 459
Dotações do exercício	322	384
Utilizações do exercício	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	3 165	2 843

O saldo do ativo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Acréscimos de Rendimentos		
-Prestações de serviços	215	245
Gastos Diferidos	1 244	1 194
-Seguros	41	14
- Rendas	6	-
-Gastos de aquisição	1 197	1 180
Total	1 459	1 439

Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	5 499	2 948
Mediadores de seguro		
-Comissões a pagar	4 435	4 808
-Contas correntes	1 982	1 322
Co-seguradoras	11 830	14 100
Total	23 746	23 178

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Resseguradores	16 554	16 647
Ressegurados	101	149
Total	16 655	16 796

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Entidades relacionadas	858	441
Fornecedores de bens em leasing	463	1 692
Outros fornecedores de bens e serviços	4 261	1 516
Gestão por conta IDS e representadas	1	-
IFADAP	1 670	1 692
Pensões AT	1 246	1 053
Outros valores a pagar	3 930	2 196
Total	12 429	8 590

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Rendimentos Diferidos	42	335
-Rendas	42	335
Acréscimo de Custos	19 813	19 244
-Custos com pessoal (subsídios, encargos e bónus)	7 558	6 209
-Custos de aquisição (incentivos e comissões)	3 713	3 745
-Fornecimentos e serviços externos	8 435	8 908
-Impostos	107	382
Total	19 855	19 579

O saldo do Passivo de Outras provisões e os respetivos movimentos são decompostos como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Impostos	1 784	3 416
Total	1 784	3 416

(milhares de euros)		
	2013	2012
Saldo em 1 de Janeiro	3 416	2 954
Dotações do exercício	233	488
Utilizações do exercício	-1 865	-26
Saldo em 31 de Dezembro	1 784	3 416

A variação positiva de Outras provisões é explicada pela variação da componente de impostos relativa a juros compensatórios a pagar no caso de uma decisão desfavorável relativamente à utilização de deduções fiscais no apuramento de IRC entre 2006 e 2009, referentes a prejuízos fiscais de uma fusão empresarial e ao reinvestimento de mais-valias fiscais resultantes da venda de uma participação financeira. Esta variação é incluída em custos por natureza a imputar.

Em dezembro de 2013, no âmbito do programa de regularização de dívidas fiscais com redução de encargos, foram liquidados valores que originaram uma redução significativa dos juros associados e calculados até à data da liquidação.

Nota 14 / Prémios de Contratos de Seguro

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro direto e resseguro aceite, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Acidentes e doença	100 598	102 940	108	-647	100 490	103 587
Incêndio e outros danos	64 981	64 962	-552	470	65 533	64 492
Automóvel	131 105	142 029	-4 864	-3 208	135 969	145 237
Marítimo, aéreo e transportes	7 698	7 003	-11	203	7 709	6 800
Responsabilidade civil geral	11 393	11 139	79	-164	11 314	11 303
Crédito e caução	51	40	9	-3	42	43
Proteção jurídica	13	14	-1	-	14	14
Assistência	10 499	10 891	-335	49	10 834	10 842
Diversos	2 572	2 571	-34	91	2 606	2 480
Total	328 910	341 589	-5 601	-3 209	334 511	344 798

Os prémios emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de resseguro cedido, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Emitidos de Resseguro		Variação PPNA		Prémios Adquiridos de Resseguro	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Acidentes e doença	3 745	3 279	8	-84	3 737	3 363
Incêndio e outros danos	30 140	28 758	-282	484	30 422	28 274
Automóvel	1 521	1 611	9	-	1 512	1 611
Marítimo, aéreo e transportes	4 416	3 747	146	64	4 270	3 683
Responsabilidade civil geral	1 495	1 370	41	-13	1 454	1 383
Crédito e caução	16	14	2	-3	14	17
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	10 627	10 993	-758	54	11 385	10 939
Diversos	2 386	2 475	-96	181	2 482	2 294
Total	54 346	52 247	-930	683	55 276	51 564

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida e resseguro aceite de 2013, analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos de Exploração Brutos	Saldo de Resseguro
Acidentes e doença	100 215	100 111	94 355	27 715	1 226
Incêndio e outros danos	63 613	64 699	37 320	22 720	-10 743
Automóvel					
-Responsabilidade civil	82 548	85 978	27 224	25 302	1 685
-Outras coberturas	41 493	43 104	38 376	15 401	-547
Marítimo, aéreo e transportes	7 391	7 435	2 732	1 947	-2 142
Responsabilidade civil geral	11 149	11 161	1 898	3 945	-4 451
Crédito e caução	50	42	-14	16	-23
Proteção jurídica	13	13	-8	7	-
Assistência	10 499	10 833	-	2 104	-10 322
Diversos	2 543	2 575	2 784	585	581
Total	319 514	325 951	204 667	99 745	-24 736
Resseguro aceite	9 396	8 560	5 315	2 291	-801
Total Geral	328 910	334 511	209 982	102 033	-25 537

Nota 16 / Rendimentos/ Réditos e Gastos de Investimentos

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3. O saldo da rubrica de Rendimentos, segregado pelos seus diversos tipos de réditos é como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Juros	13 091	15 158
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 180	3 285
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	46	224
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	5 492	5 663
Depósitos, empréstimos e outros ativos	3 373	5 986
Rendas	1 481	1 108
Terrenos e edifícios	1 481	1 108
Dividendos	8 582	10 820
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	8 514	10 102
Ativos financeiros disponíveis para venda	68	718
Total	23 154	27 086

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de ativo é como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	4 197	3 724
De outros emissores	5 521	5 448
Ações	8 566	10 586
Outros títulos de rendimento variável	16	234
Imóveis	1 481	1 108
Depósitos	3 243	5 658
Empréstimos e outros ativos	130	328
Total	23 154	27 086

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Custos imputados à função investimentos	1 367	926
Juros de acordos de recompra	702	1 364
Custos diretos de funcionamento	282	352
Total	2 351	2 642

Nota 17 / Ganhos e Perdas Realizados em Investimentos

As quantias registadas em ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros e não financeiros, segregadas pelas respetivas categorias, são como segue:

	2013			2012		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Não ao Justo Valor por Resultados	13 916	-4 208	9 708	19 025	-12 198	6 827
Ativos financeiros disponíveis para venda	9 916	-4 208	5 708	5 600	-3 819	1 781
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	4 000	-	4 000	13 425	-8 379	5 046
Financeiros - Ao Justo Valor por Resultados	16	-600	-584	1 280	-1 046	234
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	16	-600	-584	140	-1 046	-906
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1 140	-	1 140
Não Financeiros	-	-3	-3	-	-	-
Terrenos e edifícios - uso próprio	-	-	-	-	-	-
Terrenos e edifícios - rendimento	-	-3	-3	-	-	-
Total	13 932	-4 811	9 121	20 305	-13 244	7 061

Nota 18 / Ganhos e Perdas de Ajustamentos de Justo Valor em Investimentos

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

	2013			2012		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Ao Justo Valor	974	-	974	2 924	-829	2 095
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas						
-Títulos de dívida	974	-	974	2 924	-829	2 095
Não Financeiros	1 150	-2 419	-1 269	618	-1 263	-645
Terrenos e edifícios - rendimento	1 150	-2 419	-1 269	618	-1 263	-645
Total	2 124	-2 419	-295	3 542	-2 092	1 450

Nota 19 / Ganhos e Perdas em Diferenças de Câmbio

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, exceto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

O saldo é decomposto como segue:

	2013			2012		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Ativos financeiros disponíveis para venda	322	-102	220	372	-302	70
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-39	-39	202	-209	-7
Outros	81	-141	-60	8	-11	-3
Total	403	-282	121	582	-522	60

Nota 20 / Outros Rendimentos, Gastos e Variação de Outras Provisões

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro, é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Outros Rendimentos Técnicos	1 018	1 105
Comissões de gestão de co-seguro	220	230
Taxas de gestão de sinistros	-	5
Remuneração por serviços - IFADAP	4	-
Gestão por conta de sinistros	794	871
Outros Gastos Técnicos	2 623	2 394
Comissões de gestão de co-seguro	572	348
Gestão por conta de sinistros	2 051	2 046
Valor do Ganhos e Perdas	-1 605	-1 289

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Outros Rendimentos Não Técnicos	6 248	3 918
Restituição de impostos	31	7
Correções e acertos	1 712	967
Outros ganhos	3 169	1 281
Juros e outros ganhos financeiros	42	59
Serviços prestados	249	425
Ganhos por alienação de ativos tangíveis	-	1
Serviços para a própria empresa	1 045	1 179
Outros Gastos Não Técnicos	4 904	7 605
Donativos	16	45
Mecenato	309	293
Ofertas a clientes	485	381
Multas	24	42
Quotizações	11	7
Rescisões contratuais	1 330	2 565
Dívidas incobráveis	109	-
Correções e acertos	476	1 435
Outros gastos	1 515	1 851
Serviços bancários e juros de mora	629	986
Valor dos Ganhos e Perdas	1 344	-3 687

O saldo da rubrica de Outras provisões é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Impostos	1 865	26
Valor dos Ganhos e Perdas	1 865	26

O proveito significativo de 2013 de Outras provisões é explicado pelo facto de em dezembro de 2013, no âmbito do programa de regularização de dívidas fiscais com redução de encargos, terem sido liquidados valores que originaram uma redução significativa dos juros associados e calculados até à data da liquidação.

Nota 21 / Gastos Diversos por Função e Natureza

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos de administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afetas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é como segue:

(milhares de euros) (%)

2013	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	6 235	17%	14 872	41%	14 650	41%	379	1%	36 136	100%
Fornecimentos e serviços externos	2 707	13%	7 601	35%	10 650	50%	493	2%	21 451	100%
Impostos	-	0%	-	0%	2 427	100%	-	0%	2 427	100%
Amortizações	1 338	22%	2 928	47%	1 775	29%	129	2%	6 170	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	6	2%	11	3%	5	1%	366	94%	388	100%
Total	10 286	15%	25 412	38%	29 507	44%	1 367	2%	66 572	100%

(milhares de euros) (%)

2012	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	6 260	18%	14 982	42%	13 980	39%	341	1%	35 563	100%
Fornecimentos e serviços externos	3 268	15%	8 490	39%	9 883	45%	258	1%	21 899	100%
Impostos	-	0%	-	0%	2 418	100%	-	0%	2 418	100%
Amortizações	1 357	22%	3 032	49%	1 783	29%	58	1%	6 230	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	13	100%	-	0%	13	100%
Outros custos	11	4%	23	7%	10	3%	269	86%	313	100%
Total	10 896	16%	26 527	40%	28 087	42%	926	1%	66 436	100%

O montante dos Custos com pessoal é analisado na Nota 22.

O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Eletricidade e água	510	525
Combustíveis	328	364
Material de escritório, impressos e outros	111	139
Artigos para oferta	1 503	809
Manutenção de equipamento administrativo e imobiliário	238	296
Manutenção de equipamento informático	1 794	1 740
Rendas	2 080	2 157
Aluguer operacional de viaturas e outros alugueres	1 123	1 180
Despesas de deslocação e representação	1 389	1 293
Comunicações telefónicas e redes	449	887
Correios	1 373	1 252
Seguros	106	97
Avenças e honorários	363	321
Publicidade e marketing	1 356	1 766
Limpeza, higiene e conforto	422	392
Vigilância e segurança	264	320
Outsourcing, consultadorias e trabalhos especializados	4 516	4 543
Serviços e desenvolvimentos informáticos	1 569	1 671
Quotizações APS	235	248
Cobrança de prémios	822	818
Formação de mediadores	320	345
Trabalho temporário	176	249
Outros serviços e fornecimentos diversos	404	487
Total	21 451	21 899

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
IVA suportado	126	180
Taxa para o ISP	772	806
Taxa para o FAT	783	737
Imposto municipal sobre imóveis	32	15
Taxa para o MAI (Governos Cívicos)	586	572
Taxa para o Gabinete Português de Carta Verde	54	55
Outros impostos, taxas e licenças	74	53
Total	2 427	2 418

O montante dos Amortizações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	3 803	3 805
Software	725	623
Equipamento informático	440	277
Imóveis de uso próprio	486	463
Equipamento administrativo e máquinas	242	240
Instalações interiores	26	298
Locação financeira	118	442
Outro equipamento	330	82
Total	6 170	6 230

O montante da Provisão para riscos e encargos e Outros custos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Provisão para impostos	-	13
Juros de depósitos de resseguradores	19	-
Juros de locação financeira	23	44
Comissões de guarda, gestão títulos e outros comissões	346	269
Total	388	326

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	36 732	36 529
Custos imputados	25 412	26 527
Outros custos de aquisição	7 570	7 911
Custos de aquisição diferidos (variação)	1 005	487
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	1 807	1 883
Custos imputados	29 507	28 087
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-7 779	-8 462
Total	94 254	92 962

Nota 22 / Gastos com Pessoal

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia por categoria profissional é analisado como segue:

	2013	2012
Diretores	20	22
Gestores	77	78
Coordenadores	132	133
Técnicos	182	177
Especialistas	253	259
Auxiliares	6	6
Total	670	675

Estes quantitativos devem ser complementados com 5 Colaboradores afetos à sucursal de Espanha.

O montante das despesas com o pessoal são discriminadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Remunerações - órgãos sociais	2 068	1 871
Remunerações - pessoal	25 372	25 803
Encargos sobre remunerações - órgãos sociais	193	146
Encargos sobre remunerações - pessoal	5 516	5 516
Benefícios pós-emprego - planos de pensões de benefícios definidos	724	358
Seguros obrigatórios	1 008	764
Gastos de ação social	902	824
Formação	233	231
Outros gastos com pessoal	120	50
Total	36 136	35 563

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos “Colaboradores com funções-chave” são apresentadas na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários faturados durante o exercício de 2013 pelo Revisor Oficial de Contas, no âmbito dos serviços de revisão legal de contas, perfizeram o montante de 72 milhares de euros.

Nota 23 / Obrigações com Benefícios dos Empregados

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido nas políticas contabilísticas, a Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus Colaboradores pensões de reforma por velhice, invalidez e morte nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT) para os Colaboradores admitidos até 22 de junho de 1995.

Adicionalmente, assumiu a responsabilidade de pagar aos seus Administradores benefícios pensões de reforma por velhice, invalidez e morte. Existe também um plano que abrange um conjunto de benefícios de saúde para os Colaboradores no ativo e pré-reformados até à idade normal de reforma.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes Colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (“settlement”).

Considerando que os desvios estão reconhecidos em reservas, a Companhia não tem qualquer impacto adicional nos resultados e nas reservas decorrentes da liquidação efetiva do plano.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde na Tranquilidade é efetuada anualmente, tendo a última sido efetuada com data de referência a 31 de dezembro de 2013.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de dezembro de 2013 e 2012, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões e benefícios de saúde para os Colaboradores são as seguintes:

	2013	2012
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	1% - 2,5% (*)	0% - 2,5% (*)
Taxa de crescimento das pensões	0% - 2,5% (*)	0% - 2,5% (*)
Taxas de rendimento do fundo	3,75%	3,26%-4,25% (*)
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	1% - 2,5% (*)	1,00%
Taxa de desconto	3,75%	3,26%-4,25% (*)
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

A 31 de dezembro de 2013 e 2012, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2013	2012
Ativos	8	319
Reformados	212	194
Total	220	513

A 31 de dezembro de 2013 e 2012, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2013			2012		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Ativos/ (Responsabilidades) Líquidas Reconhecidas em Balanço						
Responsabilidades em 31 de dezembro	-36 848	-649	-37 497	-33 342	-315	-33 657
Saldo do fundo em 31 de dezembro	33 594	-	33 594	37 307	-	37 307
Ativos/ (Responsabilidades) Líquidas em Balanço em 31 de Dezembro	-3 254	-649	-3 903	3 965	-315	3 650

Adicionalmente, a Tranquilidade transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. O número de Colaboradores coberto por essas apólices ascende a 352 (2012: 379), e o valor total da responsabilidade ascende a 11 032 milhares de euros (2012: 11 633 milhares de euros).

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2013			2012		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	33 342	315	33 657	37 864	552	38 416
Transferências para o fundo contribuição definida	-	-	-	-4 839	-	-4 839
Alteração do plano	-	146	146	-	-146	-146
Custo do serviço corrente	1 820	29	1 849	559	2	561
Custo dos juros	-	-	-	1 708	17	1 725
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	5 323	258	5 581	1 857	3	1 860
Pensões pagas pelo fundo	-3 637	-	-3 637	-3 807	-	-3 807
Benefícios pagos pela Companhia	-	-99	-99	-	-113	-113
Transferências de outros fundos	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades em 31 de Dezembro	36 848	649	37 497	33 342	315	33 657

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2013 e 2012 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2013			2012		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	37 307	-	37 307	40 417	-	40 417
Alteração do plano	-	-	-	-4 839	-	-4 839
Rendimento real do fundo						
Rendimento esperado do fundo	1 270	-	1 270	1 782	-	1 782
Ganhos e perdas atuariais	-1 346	-	-1 346	3 754	-	3 754
Contribuições pagas pelos participantes do fundo	-	-	-	-	-	-
Pensões pagas pelo fundo	-3 637	-	-3 637	-3 807	-	-3 807
Transferências de outros fundos	-	-	-	-	-	-
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	33 594	-	33 594	37 307	-	37 307

A evolução dos desvios atuariais reconhecidos na reserva pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2013			2012		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 1 de Janeiro	11 026	234	11 260	12 923	231	13 154
(Ganhos) e perdas atuariais						
-nas responsabilidades	5 323	258	5 581	1 857	3	1 860
-nos ativos do plano	1 346	-	1 346	-3 754	-	-3 754
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 31 de Dezembro	17 695	492	18 187	11 026	234	11 260

A evolução dos ativos a receber/ passivos a entregar durante 2013 e 2012 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2013			2012		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
(Ativos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 1 de Janeiro	-3 965	315	-3 650	-2 553	552	-2 001
Alteração do plano	-	146	146	-	-146	-146
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	5 323	258	5 581	1 857	3	1 860
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	1 346	-	1 346	-3 754	-	-3 754
Encargos do ano:						
-Custo do serviço corrente	-	-	-	559	2	561
-Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	550	29	579	1 708	17	1 725
-Rendimento esperado do fundo	-	-	-	-1 782	-	-1 782
Contribuições efetuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	-	-99	-99	-	-113	-113
(Ativos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 31 de Dezembro	3 254	649	3 903	-3 965	315	-3 650

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2013			2012		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Custo do serviço corrente	1 820	29	1 849	559	2	561
Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	-1 270	-	-1 270	-74	17	-57
Alteração do plano	-	146	146	-	-146	-146
Custos do Exercício	550	175	725	485	-127	358

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Terrenos e edifícios	7 734	7 934
Ações e outros títulos de rendimento variável	8 770	12 315
Títulos de rendimento fixo	31 429	36 235
Depósitos em instituições de crédito	1 776	2 001
Devedores e credores do fundo	-191	584
Juros a receber	561	1 033
Valor a transferir do corte do plano	-	-5 658
Total	50 079	54 444

Os valores de ativos acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade e BES-Vida, do qual a associada Tranquilidade representa cerca de 67,1% (2012: 68,5%) do total do fundo.

A análise de sensibilidade e os seus impactos na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

(milhares de euros)				
	2013		2012	
	+25 p.p.	-25 p.p.	+25 p.p.	-25 p.p.
Variação na taxa de desconto das responsabilidades	-544	567	-	-
Variação na evolução das pensões	248	-248	-	-

Nota 24 / Imposto sobre o Rendimento

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2013 e 2012 foi apurado com base na taxa nominal de imposto e derrama de cerca de 31,44%, que corresponde à taxa nominal aprovada à data do balanço. A Companhia tem sido objeto de inspeções anuais pela DGI, cujo último relatório se refere ao exercício de 2011, não se constatando ajustamentos significativos às declarações entregues até esse exercício. Os exercícios posteriores estão sujeitos a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

Por se encontrarem pendentes de aceitação por parte da Administração Fiscal, as seguintes situações de benefícios fiscais, não foram ainda consideradas para efeitos contabilísticos de estimativa de imposto a pagar:

- Reporte fiscal de fusão, no valor de 40 780 milhares de euros;
- Reinvestimento de mais-valias de venda de participação financeira, no valor de 28 754 milhares de euros.

A Companhia apresentou resultado fiscal negativo no exercício de 2011 tendo havido lugar a apuramento de imposto diferido ativo sobre os valores de reporte fiscal, tendo em atenção as estimativas de recuperabilidade dentro do prazo fiscal permitido para o efeito, conforme segue:

(milhares de euros)				
Exercício	Reporte Inicial	Reporte Utilizado	Reporte por Utilizar	Último Ano para Utilização
2011	24 431	12 213	12 218	2015

Os ativos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2013 e 2012 explica-se como segue:

	2013		2012	
	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	41	8 834	41	16 904
Retenção de imposto na fonte	-	878	-	1 685
Imposto sobre o valor acrescentado	61	244	61	39
Outros impostos e taxas	77	7 361	74	7 478
Contribuições para a segurança social	159	888	137	840
Tributos das autarquias locais	-	120	-	120
Total	338	18 325	313	27 065

A redução significativa dos valores de imposto sobre o rendimento deve-se ao facto de em dezembro de 2013, no âmbito do programa de regularização de dívidas fiscais com redução de encargos, terem sido liquidados valores relativos a decisão eventualmente desfavorável relativa à utilização de deduções fiscais no apuramento de IRC entre 2006 e 2009, referentes a prejuízos fiscais de uma fusão empresarial.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2013 e 2012 podem ser analisados como segue:

Rubricas	Ativo		Passivo		Líquido	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Investimentos	1 344	385	-	-33 149	1 344	-32 764
Benefícios pós-emprego	65	89	-	-	65	89
Provisões técnicas	-	-	-	-	-	-
Provisão cobranças duvidosas	44	64	-	-	44	64
Prejuízos fiscais	2 810	4 969	-	-	2 810	4 969
Imóveis	1 295	560	-	-	1 295	560
Outros custos não dedutíveis	1 336	1 200	-500	-158	836	1 042
Total	6 894	7 267	-500	-33 307	6 394	-26 040

Em 31 de dezembro de 2013, e em função das alterações legislativas emanadas no final do ano em matéria de imposto sobre o rendimento, sobre as taxas e regras a vigorar após 1 de janeiro de 2014, a Companhia alterou as taxas utilizadas no cálculo de impostos diferidos, como segue:

- De 28,94% para 0% em função da alteração de tributação aplicável às valias em participações superiores a 5% e detidas há mais de 2 anos, passando estas a estar isentas (redução de cerca de 31 milhões de euros);
- De 28,94 para 27,5%, associada a diferenças temporárias (redução de cerca de 90 milhares de euros);
- De 25,0% para 23,0% para reporte de prejuízos fiscais (redução de cerca de 245 milhares de euros).

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2013 e 2012 foram reconhecidos como segue:

(milhares de euros)

2013	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-	-1 943	-1 943
Estimativa de IRC		-1 522	-1 522
Imposto autónomo		-421	-421
Imposto Diferido	33 565	-1 131	32 434
Investimentos	33 565	543	34 108
Benefícios pós-emprego		-24	-24
Ativos tangíveis/ intangíveis		-	-
Provisões técnicas		-	-
Bónus/ distribuição de lucros		-	-
Provisão cobranças duvidosas		-20	-20
Prejuízos fiscais		-2 159	-2 159
Imovéis com intenção de venda		735	735
Outros custos não dedutíveis		-206	-206
Total	33 565	-3 074	30 491

(milhares de euros)

2012	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-	-2 983	-2 983
Estimativa de IRC		-2 178	-2 178
Imposto autónomo		-805	-805
Imposto Diferido	15 376	-4 810	10 566
Investimentos	15 376	-1 920	13 456
Benefícios pós-emprego		-1	-1
Provisões técnicas		-455	-455
Prejuízos fiscais		-3 581	-3 581
Imovéis com intenção de venda		659	659
Outros custos não dedutíveis		488	488
Total	15 376	-7 793	7 583

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Resultado antes de impostos	22 094	26 250
Taxa de imposto	31,44%	31,44%
Imposto Apurado com Base na Taxa Oficial	-6 946	-8 253
Dividendos excluídos da tributação	2 665	3 320
Benefícios fiscais	176	166
Outros proveitos e custos excluídos de tributação	1 464	-482
Diferenças nas valias aceites fiscalmente	-12	-1 739
Imposto autónomo	-421	-805
Imposto Reconhecido nos Resultados	-3 074	-7 793

Nota 25 / Capital

O capital da Tranquilidade, de 160 milhões de euros representado por 32 milhões de ações de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

Nota 26 / Reservas

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia-geral.

Reserva desvios atuariais

De acordo com o IAS 19 - Benefícios a empregados, a Tranquilidade reconhece os desvios atuariais por contrapartida de reservas.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as reservas podem ser analisadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Reservas de justo valor de ativos financeiros	117 933	122 515
Reserva por impostos diferidos	416	-33 149
Outras reservas	30 185	35 266
-Reserva legal	47 444	45 598
-Reserva desvios atuariais	-18 187	-11 260
-Reservas livres	928	928
Reservas	148 534	124 632

Em 31 de dezembro de 2013, e em função das alterações legislativas emanadas no final do ano em matéria de imposto sobre o rendimento, sobre as taxas e regras a vigorar após 1 de janeiro de 2014, a Companhia alterou as taxas utilizadas no cálculo de impostos diferidos com efeito na Reserva, sendo o maior impacto a redução de 28,94% para 0%, em função da alteração de tributação aplicável às valias em participações superiores a 5% e detidas há mais de 2 anos, passando estas a estar isentas (redução de cerca de 31 milhões de euros).

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de fluxos de caixa.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de ativos, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	117 408	127 360
Títulos de rendimento variável	6 416	5 447
Títulos de rendimento fixo	-5 891	-10 292
Reservas de Justo Valor	117 933	122 515

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	320 656	290 048
Custo de aquisição dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	118 736	118 736
	439 392	408 784
Imparidade	-3 734	-1 696
Custo amortizado/ aquisição líquido de imparidade	435 658	407 088
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	320 167	288 092
Justo valor dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	236 144	246 096
	556 311	534 188
Reserva de reavaliação bruta (justo valor - custo)	120 653	127 100
Reserva de reavaliação dos títulos transferidos para investimentos detidos até à maturidade	-2 720	-4 585
Impostos diferidos e correntes	416	-33 149
Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos	118 349	89 366

O movimento da reserva de justo valor líquida, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Saldo a 1 de Janeiro	89 366	122 903
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	-2 544	-55 373
Imparidade reconhecida no ano	-2 038	6 460
Variação impostos diferidos reconhecida no ano	33 565	15 376
Saldo a 31 de Dezembro	118 349	89 366

Nota 27 / Resultados por Ação

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013	2012
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	19 020	18 457
Número de ações (final do exercício)	32 000 000	32 000 000
Resultados por Ação (em euros)	0,59	0,58

Nota 28 / Dividendos por Ação

A Companhia tem como Acionista único a Partran – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., ao qual, durante o exercício de 2013 e 2012, foram atribuídos e pagos os seguintes dividendos, resultando nos respetivos dividendos por ação:

	2013	2012
Dividendos (em milhares de euros)	10 000	40 000
Número de ações (início do exercício)	32 000 000	32 000 000
Dividendos por Ação (em euros)	0,31	1,25

Os valores de 2012 incluem o pagamento de dividendos antecipados de 5 000 milhares de euros, um pagamento ordinário de dividendos de 10 000 milhares de euros, e um pagamento de 25 000 milhares de

euros de distribuição extraordinária de bens, ao abrigo do estipulado no Art.º 31 do Código das Sociedades Comerciais.

Nota 29 / Transações entre Partes Relacionadas

O capital da Tranquilidade é detido na sua globalidade pela Partran, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.G.P.S., S.A. com sede na rua de São Bernardo, nº 62 – 1200-826 Lisboa, a qual elabora contas consolidadas. As contas destas entidades são englobadas no perímetro de consolidação da ESFG - Espírito Santo Financial Group.

Os relacionamentos entre a empresa-mãe Tranquilidade e as suas associadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de arrendamento, serviços de informática, seguros Vida e Não Vida, comercialização de seguros, resseguro, gestão de seguros do ramo saúde, serviços médicos e serviços de call center.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o montante global dos ativos e passivos da Tranquilidade que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2013				2012			
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
ADVANCECARE	-	679	4 619	1 166	-	310	4 196	1 105
BANCO ESPÍRITO SANTO	25 255	1 892	3 965	7 901	150 595	152 005	3 903	10 351
BES SEGUROS	8	-	-	1 828	7	34	-	983
BES VIDA	67	-	-	112	63	6	-	115
BESI	2	-	-	-	17	-	-	-
BESLEASING	520	337	-	8	496	805	44	13
BEST	1	-	-	-	1	-	-	-
CORPUS CHRISTI	500	-	-	44	-	-	-	-
E.S. CONTACT CENTER	1 661	11	80	86	278	1	88	158
E.S. INFORMÁTICA	-	-	223	-	-	-	36	-
E.S. INVESTMENT	2 200	14	204	26	2 200	-	135	-
E.S. FINANCIAL PRT	2 004	-	-	204	2 068	-	-	18
E.S. SAÚDE	-	-	-	27	-	-	-	27
E.S. SERVIÇOS 2, ACE	4	93	878	16	4	-	501	119
ESAF	3	-	-	20	4	-	-	492
ESEGURO	212	10	218	1 401	142	17	292	300
ESFG	-	-	26	-	-	-	94	-
ESFIL	5 253	-	-	295	3 161	-	-	-
ESGEST	-	-	79	-1	48	-	252	40
ESUMÉDICA	1 006	6	840	30	1 000	7	840	13
EUROP ASSISTANCE	1 410	1 024	-	-11 396	1 410	-	-	-11 943
GESFIMO	3	-	-	8	2	-	-	10
HOTÉIS TIVOLI	-	1	17	-	-	-	28	-
LOGO	21 770	38	6 856	6 597	19 505	7 262	8 501	7 626
MULTIPESSOAL - SERVIÇOS	50	9	171	262	58	-	239	254
MULTIPESSOAL - TRABALHO TEMPORÁRIO	-	-	-	-	-	20	-	-
SGL - SOCIEDADE GERAL LIMPEZAS	-	65	459	-	-	-	374	-
TOP ATLÂNTICO	-	-	406	-	-	1	859	-
BES AÇORES	539	-	-	-	136	-	-	-
IMOCRESCENTE	2 650	-	-	44	1 400	-	-	-
IMOPRIME	-	-	-	44	-	-	-	-
TRQ ANGOLA	5 694	-	36	1 152	3 959	-	-	-
TRQ MOÇAMBIQUE VIDA	191	-	-	-	201	-	-	-
TRQ MOÇAMBIQUE NÃO VIDA	907	-	80	444	121	-	-	-
PASTOR VIDA	-	-	-	-	-	-	-	5 039
T-VIDA	29	224	-	4 050	22	114	-	2 700
	71 940	4 430	19 157	14 366	186 898	160 582	20 382	17 427

Nota 30 / Demonstração de Fluxos de Caixa

A demonstração das variações de fluxos de caixa e equivalentes, elaborada numa ótica indireta de origem e aplicação de fundos é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de variações de capitais próprios.

Nota 31 / Compromissos

A Companhia detém contratos de locação financeira para aquisição de equipamento informático e material de transporte, bem como contratos de locação operacional referentes a material de transporte.

Os valores de compromissos contratuais expressos no balanço dos contratos em regime de locação financeira são analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Ativos tangíveis (valor bruto)	11 637	11 637
Amortizações acumuladas	-11 508	-11 391
Ativos Tangíveis (Valor Líquido)	129	246
Credores - Fornecedores de Bens	463	985

A maturidade das rendas de contratos de locação financeira e das prestações de locação operacional vincendas é analisada como segue:

(milhares de euros)			
	Até 3 Meses	4 a 12 Meses	+1 a 5 Anos
Contratos de locação financeira	99	231	133
Contratos de locação operacional	225	530	748

Nota 37 / Outras Informações

Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à "IAS 19 - Benefícios dos empregados", com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho de 2012.

Como resultado da IAS 19 (2011), a Companhia alterou a sua política contabilística no que diz respeito à base da determinação dos rendimentos e gastos relacionados com os planos de benefício definido.

Ao abrigo da IAS 19 (2011), A Companhia determina o gasto (rendimento) do juro líquido do passivo (ativo) por benefício definido para o período, aplicando a mesma taxa de desconto para mensurar a obrigação de benefício definido no início do período anual, tomando em consideração alterações corridas ao passivo (ativo) em resultado das contribuições e benefícios pagos.

Consequentemente, o juro líquido do passivo (ativo) do plano de benefício definido compreende agora: (i) o custo do juro da obrigação de benefício definido; (ii) os rendimentos dos ativos do plano; e (iii) o juro do efeito do teto (*ceiling*) do ativo.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Apresentação de itens em OCI (Outro Rendimento Integral) – Alteração da IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à "IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras", com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho.

Como resultado da alteração à IAS 1, a Companhia modificou a apresentação de itens de Outro Rendimento Integral (OCI) na demonstração de Rendimento Integral, de forma a apresentar separadamente os itens que serão reclassificados no futuro para resultados do período daqueles que não serão reclassificados. A informação comparativa foi rerepresentada na mesma base.

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à "IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros", com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

A Companhia não teve impacto na adoção destas alterações.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de maio de 2012, e adotados pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 301/2013, de 27 de março, introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32, IAS 34 e IFRIC 2.

- **IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras**

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

- **IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis**

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizado em inventários.

• **IAS 32 - Instrumentos Financeiros e IFRIC 2**

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

• **IAS 34 - Reporte Financeiro Intercalar**

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

A Companhia não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção desta alteração.

IFRS 13 - Mensuração ao justo valor

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 13, a Companhia adotou a nova definição de justo valor, tal como consta na Nota 3, prospetivamente. As alterações não tiveram um impacto significativo na mensuração dos ativos e passivos da Companhia, mas foram incluídas novas divulgações nas demonstrações financeiras conforme exigido pela IFRS 13. Para estas novas divulgações não foram incluídas comparações de acordo com o previsto na norma para o primeiro ano de aplicação. No entanto, na exata medida que essas divulgações já fossem exigidas por outras normas em vigor antes da IFRS 13, a Companhia proporcionou informação comparativa relevante já divulgada ao abrigo dessas normas.

IFRIC 20 - Custos de não cobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), emitiu em 19 de outubro de 2011, a “IFRIC 20 - Custos de não cobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

Dada a natureza das operações da Companhia, esta interpretação não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de

2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações financeiras separadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Companhia não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor

controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Companhia está a avaliar o impacto da introdução desta alteração no entanto não antecipa que o impacto seja significativo.

IFRS 11 - Acordos conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia está a avaliar o impacto da introdução desta alteração no entanto não antecipa que o impacto seja significativo.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11.

Entidades de investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor a 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 20 de novembro.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação desta alteração.

IAS 36 (Alterada) - Imparidade de ativos: Divulgação da quantia recuperável dos ativos não-financeiros

O IASB, emitiu em 29 de maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

IAS 39 (Alterada) - Instrumentos financeiros: Novação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura

O IASB, emitiu em 27 de junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (*clearing counterparty*) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia:

IAS 19 (Alterada) - Planos de benefício definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo um forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (*levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Não é expectável que a IFRIC 21 venha a ter impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

- **IFRS 2 – definição de condição de aquisição (*vesting*)**

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (*vesting*)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

- **IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais**

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

- **IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa**

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

- **IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo**

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

- **IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada**

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

- **IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão**

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

- **IFRS 1 – conceito de “IFRS efetivas”**

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

- **IFRS 3 – exceções ao âmbito de aplicação para *joint ventures***

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

- **IFRS 13 – âmbito do parágrafo 52 – exceção de portfólios**

O parágrafo 52 da IFRS 13 incluí uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portfólios aplicam-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

- **IAS 40 – inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio**

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010 e 2013)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para

resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9(2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A data em que a IFRS 9 se torna efetiva não se encontra ainda estabelecida mas será determinada quando as fases em curso ficarem finalizadas.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação.

Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
ADVANCECARE	458 997			1,06	485 958,14	81,48	37 400 000,00
BES SEGUROS	750 000			5,01	3 758 668,00	21,47	16 100 000,00
ES CONTACT	831 251			2,22	1 846 077,58	7,34	6 100 000,00
ESUMEDICA	300 000			1,49	445 502,00	4,33	1 300 000,00
EUROPE ASSISTANCE	705 000			5,99	4 221 800,00	45,23	31 890 000,00
SEGUROS LOGO S.A.	4 000 000			5,00	20 000 000,00	5,00	20 000 000,00
T-VIDA COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	65 000 000			1,19	77 488 591,00	1,76	114 100 000,00
Subtotal	72 045 248				108 246 596,72		226 890 000,00
1.1.4 - Partes de capital em empresas participadas e participantes							
COMPTA	306 960			1,64	503 699,84	0,17	52 183,20
ES INV PLC	1			2,77	2,77	1 526,60	1 526,60
ESAF - ACTIVOS FINANCIEROS	100			22,93	2 293,30	112,34	11 234,04
ESPIRITO SANTO SAÚDE	2 655 000			1,25	3 308 200,00	3,44	9 123 000,00
ESTELA GOLF	40			5 540,45	221 618,00	2 479,91	99 196,55
QUINTA DOS CONEGOS	140 600			3,15	443 241,40	4,97	698 690,35
Subtotal	3 102 701				4 479 055,31		9 985 830,74
1.1.8 - Títulos de dívida de empresas participadas e participantes							
BES PL FLOAT 12/15		2 200 000,00	99,97%	100,0%	2 200 020,52	100,0%	2 200 255,57
BESLEASING FACT SUBORD 22/10/14		520 000,00	99,53%	100,2%	521 040,00	99,8%	519 168,38
BESPL 3,375% 02/15		8 000 000,00	95,99%	92,4%	7 394 908,20	98,9%	7 913 459,62
BESPL 5,625% 06/14		9 100 000,00	98,19%	89,3%	8 126 993,01	101,4%	9 227 938,79
ES FINANCIAL 5,125% 05/30/16		2 000 000,00	99,75%	99,7%	1 994 355,00	100,2%	2 003 705,48
ES FINANCIER 5,25% 06/12/15		5 000 000,00	101,58%	101,5%	5 076 000,00	105,1%	5 252 691,67
Subtotal	0	26 820 000,00			25 313 316,73		27 117 219,51
Subtotal	75 147 949	26 820 000,00			138 038 968,76		263 993 050,25
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.2 - Partes de capital em associadas							
TRQ ANGOLA	2 450			2 986,90	7 317 897,10	2 619,48	6 417 715,39
TRQ MOÇAMBIQUE CS	49 998			27,23	1 361 259,95	24,24	1 211 961,08
TRQ MOÇAMBIQUE VIDA	66 998			27,02	1 810 331,96	24,24	1 624 044,33
Subtotal	119 446	0,00			10 489 489,01		9 253 720,80
Total	75 267 395	26 820 000,00			148 528 457,77		273 246 771,05
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Ações							
COMP. PREVIDENTE	6			532,54	3 195,23	0,00	0,00
COMP. PREVIDENTE SCPF	198			109,86	21 752,48	317,41	62 846,34
FETAL	2 760			20,84	57 528,12	0,00	0,00
HOTEL TURISMO ABRANTES	125			0,00	0,00	0,00	0,00
MADIBEL	7 955			0,01	80,88	0,00	0,00
SONAGI	55 600			0,44	24 293,86	1,01	56 156,00
SONAGI AN	100			0,06	5,51	0,01	1,00
SPECTACOLOR PORTUGAL	7 500			14,66	109 986,38	11,70	87 734,85
CASSEL	200			0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNDO	2 008			0,00	0,00	0,00	0,00
ILIDIO MONTEIRO CONSTRUÇÕES	41 675			0,00	0,00	0,00	0,00
PORTO CAVALEIROS, SGPS	2 483			0,00	0,00	0,00	0,00
TELLUS	1 200			0,00	0,00	0,00	0,00
VILATÊXTIL SOC IND TÊXTIL	16			0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	121 826	0,00			216 842,46		206 738,19

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
CIMOVEL	561 147			5,35	3 000 004,09	5,64	3 165 598,57
ES LOGISTICA	80 000			5,00	400 000,00	5,06	404 576,00
ES TRADING FUND	10 000			104,80	1 048 000,00	116,05	1 160 500,00
FUNDO DE INVEST. IMOB. CORPUS CHRISTI	12 000			997,36	11 968 313,77	986,89	11 842 734,00
FUNGEPI BES	17 920 000			2,02	36 112 384,00	2,01	36 013 824,00
FUNGEPI BES II	2 483 601			4,71	11 699 995,95	4,82	11 976 917,46
FUNGERE (UP)	1 595 600			3,18	5 075 124,92	2,86	4 562 299,08
GESPATRIMONIO RENDIMENTO	1 834 553			12,55	23 015 934,14	12,41	22 761 485,82
IMOCRESCENTE FD DE INV. IMOB. FECHADO	10 075			997,11	10 045 409,87	999,42	10 068 641,44
IMOPRIME FUNDO DE INV. IMOB. FECHADO	20 549			985,07	20 242 441,50	963,03	19 789 708,99
Subtotal	24 527 525	0,00			122 607 608,24		121 746 285,36
Subtotal	24 649 351	0,00			122 824 450,70		121 953 023,55
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
PT OT 3,35% 10/15/15		16 500 000,00	96,05%	93,9%	15 486 621,89	96,8%	15 964 842,22
PT OT 3,6% 10/15/14		5 000 000,00	98,61%	96,8%	4 841 439,90	99,4%	4 968 640,90
PT OT 4,2% 10/15/16		3 000 000,00	95,51%	94,0%	2 819 150,54	96,4%	2 891 830,94
PT OT 4,35% 10/16/17		1 500 000,00	93,95%	92,5%	1 387 211,51	94,9%	1 422 873,57
PT OT 4,75% 06/14/19		3 250 000,00	92,10%	90,8%	2 952 226,75	94,7%	3 077 818,32
PT OT 4,8% 06/15/20		12 000 000,00	90,78%	89,6%	10 750 455,23	93,4%	11 208 171,68
PT OT 5,65% 02/15/24		1 400 000,00	95,40%	96,2%	1 347 374,00	99,0%	1 385 590,55
PT OT 6,4% 02/15/16		2 500 000,00	99,87%	99,8%	2 495 322,70	105,5%	2 636 707,67
Subtotal	0	45 150 000,00			42 079 802,52		43 556 475,85
2.1.2.3 - De outros emissores públicos							
PARPUBLICA 3,567% 09/22/2020		100 000,00	81,07%	84,0%	83 990,00	82,0%	82 047,26
ASCENDI GROUP 6,75% 07/15		1 000 000,00	100,00%	100,0%	1 000 000,00	103,4%	1 033 842,47
BANCO BPI 3,25% 01/15		4 500 000,00	96,37%	92,9%	4 178 455,56	99,5%	4 476 925,06
BCP 04/14 5,625%		3 500 000,00	98,39%	90,2%	3 158 472,48	102,3%	3 581 626,90
BCP 3,75% 10/16		3 000 000,00	90,10%	84,6%	2 538 121,53	91,0%	2 729 124,62
EDP FINANCE 4,125% 01/21		9 000 000,00	101,09%	99,3%	8 932 770,00	101,6%	9 139 532,06
EDP FINANCE 4,75% 09/16		1 021 000,00	105,69%	104,6%	1 067 863,90	106,9%	1 091 829,99
EDP FINANCE 4,75% 09/26/2016		3 000 000,00	105,69%	103,4%	3 103 453,62	106,9%	3 208 119,45
EDP FINANCE 4,875% 09/20		4 000 000,00	105,44%	104,0%	4 160 800,00	106,9%	4 276 367,12
GALP ENERGIA 4,125% 01/19		3 000 000,00	101,31%	99,4%	2 983 290,00	101,7%	3 051 475,48
GALP ENERGIA SGPS FLOAT 18		2 500 000,00	102,10%	101,9%	2 546 750,00	102,4%	2 559 125,28
PORTUCEL SA 5,375% 20-19		1 000 000,00	106,20%	101,9%	1 019 300,00	106,9%	1 068 738,75
PORTUGAL TELECOM 4,625% 05/20		10 000 000,00	102,13%	101,0%	10 102 000,00	105,1%	10 510 273,98
PORTUGAL TELECOM 5,875% 04/18		10 000 000,00	109,25%	108,3%	10 827 000,00	113,5%	11 345 941,66
REFER 4% 03/16/15		5 000 000,00	96,44%	89,8%	4 488 529,39	99,6%	4 980 936,94
REN FINANCE 4,75%		5 000 000,00	103,60%	102,5%	5 126 000,00	104,6%	5 229 001,37
SEMAPA 20/04/2016		700 000,00	95,00%	99,5%	696 500,00	95,3%	667 364,60
VERSE 1 SNR 4,172% 16/02/17		1 744 920,10	100,07%	100,0%	1 744 920,10	100,2%	1 748 972,58
EMASA		5 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
P.CAVALEIROS		17 500,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
V.AGROS		4 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
V.TÉXTEL		7 500,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Dep Prazo EUR BES					301 171,36		311 105,72
Dep Prazo EUR MG					23 275 185,00		23 289 388,86
Dep Prazo EUR CXGERALDEP					500 000,00		500 033,33
Dep Prazo EUR BBVA					22 500 000,00		22 544 342,52
Subtotal	0	68 099 920,10			114 334 572,94		117 426 116,00
Subtotal	0	113 249 920,10			156 414 375,46		160 982 591,85
Total	24 649 351	113 249 920,10			279 238 826,16		282 935 615,40

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Ações							
C BUZI	2 000			0,00	0,00	0,00	0,00
C IND MATOLA	2 200			0,00	0,00	0,00	0,00
C MOÇAMBIQUE	3 000			0,00	0,00	0,00	0,00
C RESSEGURO MOÇAMBIQUE	250			0,00	0,00	0,00	0,00
C SEG NAUTICUS	500			0,00	0,00	0,00	0,00
C SEG TRANQUILIDADE DE MOÇAMBIQUE	9 750			0,00	0,00	0,00	0,00
CADA (AGRICULTURA)	2 100			0,00	0,00	0,00	0,00
COMP ALGODÕES MOÇAMBIQUE	1 900			0,00	0,00	0,00	0,00
COMP SEG A NACIONAL	15 986			0,00	0,00	0,00	0,00
CONTINENTAL MORTGAGE INVESTORS	600			0,00	0,00	0,00	0,00
FOMENTO PREDIAL MOÇAMBIQUE	50			0,00	0,00	0,00	0,00
HIDRO ELECT CATUMBELA	200			0,00	0,00	0,00	0,00
NAVANG	448			0,00	0,00	0,00	0,00
NOCAL (CERVEJAS)	2 508			0,00	0,00	0,00	0,00
PETRANGOL	200			0,00	0,00	0,00	0,00
SENA SUGAR ESTATES LTD	77 375			0,00	0,00	0,00	0,00
SOC TURISMO MOÇAMBIQUE	100			0,00	0,00	0,00	0,00
SONEFE	573			0,00	0,00	0,00	0,00
SOTUL (ULTRAMAR)	8 000			0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	127 740	0,00			0,00		0,00
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
2BCAPITAL LUXEMBOURG SICAR	100			1 000,00	100 000,00	980,87	98 087,00
ES RENDIMENTO PLUS	500 000			8,07	4 036 700,00	8,08	4 041 900,00
EUROFIN SICAV SIF	14 529			1 000,01	14 529 552,18	911,98	13 250 526,25
INCOMETRIC FUND	92 081			5,43	500 012,50	5,44	500 920,81
L&C UK PUBLIC SECTOR REAL ESTATE	6			901,49	5 421,02	217,79	1 309,65
L&C UK REAL ESTATE	14			1 190,68	16 910,51	394,61	5 604,42
Subtotal	606 731	0,00			19 188 596,21		17 898 348,13
Subtotal	734 471	0,00			19 188 596,21		17 898 348,13
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BELGIUM KINGDOM 2,25% 06/22/23		500 000,00	97,44%	97,8%	489 050,00	98,6%	493 117,81
BOTS 0% 02/28/14		7 500 000,00	99,92%	99,9%	7 491 669,27	99,9%	7 494 300,00
BUNDES 0% 06/13/14		5 000 000,00	99,95%	99,9%	4 996 300,00	100,0%	4 997 500,00
BUNDES 2,25% 14		5 000 000,00	100,55%	100,7%	5 032 500,00	102,2%	5 108 619,86
BUNDESUBL 2,25% 04/10/2015		1 000 000,00	100,43%	100,8%	1 007 936,61	102,1%	1 020 654,97
DEUTSCHLAND REPUB 1,5% 05/15/23		2 100 000,00	96,62%	97,7%	2 050 866,39	97,5%	2 047 987,60
FRANCE OAT 2,25% 05/24		2 700 000,00	97,22%	97,8%	2 641 147,95	97,5%	2 633 095,48
IRISH GOVT 4,6% 04/16		2 000 000,00	93,01%	90,1%	1 802 880,36	96,3%	1 925 024,81
LETRAS DEL TESORO 0% 02/21/14		7 500 000,00	99,93%	99,9%	7 493 206,16	99,9%	7 494 450,00
NETHERLANDS GOVT 1,75% 07/23		700 000,00	95,89%	96,6%	676 264,91	96,7%	676 866,92
NETHERLANDS GOVT 2,5% 01/17		1 250 000,00	99,54%	99,4%	1 242 258,68	101,9%	1 274 177,55
NETHERLANDS GOVT 3,25% 07/15		750 000,00	101,54%	102,6%	769 519,84	103,0%	772 847,04
REPUBLIC OF AUSTRIA 1,75% 10/23		1 000 000,00	95,45%	96,5%	965 174,56	96,7%	966 819,86
SPGB 4,4% 10/31/23		2 400 000,00	101,96%	102,0%	2 449 000,18	102,7%	2 464 688,22
Subtotal	0	39 400 000,00			39 107 774,91		39 370 150,12
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
EFSF 1,625% 02/15		5 000 000,00	101,38%	101,6%	5 077 750,00	102,8%	5 142 458,90
EFSF 2,75% 12/16		2 500 000,00	99,79%	99,7%	2 493 048,93	100,0%	2 499 641,38
EUROPEAN INVEST BANK FLOAT 01/09/15		5 000 000,00	100,20%	100,3%	5 013 000,00	100,3%	5 014 749,30
FADE 3,375% 03/19		4 000 000,00	101,61%	102,3%	4 092 800,00	102,4%	4 096 907,94
GENERALITAT DE CATALUNYA 4,75% 06/18		200 000,00	101,87%	93,0%	185 950,00	104,6%	209 209,75
Subtotal	0	16 700 000,00			16 862 548,93		16 962 967,27
2.2.2.3 - De outros emissores							
A2A SPA 4,5% 11/19		3 300 000,00	107,78%	107,6%	3 551 460,00	108,2%	3 570 067,03
ATLANTIA 2,875% 02/21		1 000 000,00	99,98%	99,2%	991 720,00	100,5%	1 004 782,33
BANCO SABADELL 2,5% 12/16		3 000 000,00	99,92%	99,8%	2 993 250,00	100,1%	3 002 882,46
DOURM 1 A		503 594,74	82,86%	99,2%	499 754,85	82,9%	417 336,45
ELENIA FINANCE 2,875% 12/20		2 000 000,00	98,91%	99,8%	1 996 740,00	99,0%	1 980 425,48

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
ERSTE BANK 19/07/2017		6 000 000,00	96,00%	100,5%	6 029 280,76	96,2%	5 773 675,34
EUTELSAT 2,625% 01/20		2 000 000,00	99,15%	99,3%	1 986 590,00	99,3%	1 985 501,96
FIAT FINANCE 6,75% 10/19		1 500 000,00	107,88%	105,4%	1 580 250,00	109,3%	1 639 761,99
FINMEC FINANCE 4,5% 01/21		200 000,00	98,62%	98,1%	196 213,00	98,9%	197 879,10
HIPOT 5 A2		225 396,52	80,24%	97,9%	220 663,19	80,3%	180 931,70
HSH NORDBANK AG 14/02/2017		5 000 000,00	76,50%	100,0%	5 001 108,56	76,6%	3 831 645,28
ITALCEMENTI FINANCE 6,625% 03/20		200 000,00	108,44%	104,7%	209 458,89	113,6%	227 298,49
KION 2006-1 A		384 502,81	85,22%	98,1%	377 332,11	85,3%	327 983,35
LEV FIN CAP II 02/09/2016		1 625 121,35	110,67%	97,6%	1 585 468,39	111,0%	1 803 608,97
LTR INVEST FLOAT 10/16		4 000 000,00	88,94%	100,0%	4 000 035,00	88,9%	3 557 600,00
LTR INVEST FLOAT 10/2016		2 000 000,00	88,94%	100,0%	2 000 061,73	88,9%	1 778 800,00
MAGEL 3 A		451 957,05	76,99%	98,6%	445 629,65	77,0%	348 149,60
MERRILL LYNCH & CO 14/09/2018		10 000 000,00	93,55%	99,9%	9 991 944,00	93,6%	9 358 905,28
NATL CAPITAL INSTRUMENTS PERP		1 200 000,00	92,40%	102,7%	1 232 460,00	92,4%	1 108 882,87
PELIC 2 A		191 038,05	90,43%	98,6%	188 322,11	90,5%	172 795,93
PELICAN 3 A		723 266,23	73,48%	97,5%	705 095,09	73,5%	531 601,47
PETROLEOS MEXICANOS 3,125 11/20		1 500 000,00	100,98%	99,4%	1 490 370,00	101,3%	1 518 991,44
REFER 4,25 06-12/2021		500 000,00	78,46%	69,8%	349 184,28	78,7%	393 342,95
RENAULT 3,625% 09/18		2 000 000,00	102,77%	102,8%	2 056 400,00	103,8%	2 075 838,90
ROYAL BK SCOTLAND 49		4 500 000,00	83,75%	101,6%	4 572 126,00	84,0%	3 778 063,12
SANTANDER ISSUANCES 23/03/2017		3 000 000,00	95,04%	100,1%	3 003 895,80	95,0%	2 851 471,33
TELECOM ITALIA 4% 01/21/20		4 000 000,00	99,24%	100,7%	4 027 847,87	103,3%	4 133 983,56
TELECOM ITALIA 4,875% 09/25/20		200 000,00	102,37%	99,0%	198 018,00	103,7%	207 327,10
TELECOM ITALIA 5,25% 02/22		100 000,00	101,94%	101,5%	101 539,00	106,6%	106 602,27
THEME 4 A		583 242,99	80,96%	97,2%	566 970,50	81,0%	472 477,05
UNICREDIT SPA 2,25% 12/16		1 000 000,00	100,65%	100,0%	999 970,00	100,7%	1 007 444,66
C.ÁGUAS DA BEIRA		110,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
C.MOÇAMBIQUE		120,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
HIDRO E REVUE		24,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
RABOBANK 4,25% 04/14 REPO		2 000 000,00	104,94%	103,1%	2 062 477,74	107,9%	2 158 496,11
REFER 4% 03/16/15		100 000,00	90,44%	90,6%	90 625,00	93,6%	93 621,08
ROYAL BK SCOTLAND 49		4 500 000,00	98,61%	101,6%	4 572 126,00	98,8%	4 446 499,40
SANTANDER CONSUMER 3,25% 06/14		100 000,00	100,66%	99,9%	99 947,00	100,8%	100 753,95
SANTANDER CONSUMER FLOAT 09/28/2016 REPO		4 000 000,00	92,13%	100,1%	4 003 414,77	92,1%	3 685 595,33
SANTANDER ISSUANCES 23/03/2017		3 000 000,00	83,13%	100,1%	3 003 895,80	83,1%	2 494 039,33
SOCIETE GENERALE 1% 12/19/17		4 000 000,00	99,85%	99,8%	3 991 340,00	99,9%	3 995 235,07
THEME 4 A		678 024,94	60,71%	97,2%	659 108,04	60,8%	411 961,23
UNICREDIT SPA 3,375% 01/18 REPO		1 000 000,00	100,88%	99,7%	996 870,00	101,1%	1 010 629,32
XSTRATA FINANCE 2,375% 11/18		1 000 000,00	100,12%	99,6%	996 080,00	100,4%	1 003 882,88
ISLANDSBANKI 25/11/2013		1 000 000,00	0,00%	100,9%	1 008 768,51	0,0%	0,00
C.ÁGUAS DA BEIRA		110,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
C.MOÇAMBIQUE		120,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
HIDRO E REVUE		24,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Subtotal	0	62 888 373,74			63 149 158,78		59 346 057,46
Subtotal	0	118 988 373,74			119 119 482,62		115 679 174,85
Total	734 471	118 988 373,74			138 308 078,83		133 577 522,98
Total	25 383 822	232 238 293,84			417 546 904,99		416 513 138,38
3 - TOTAL GERAL	100 651 217	259 058 293,84			566 075 362,76		689 759 909,43

08

DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS
DE REMUNERAÇÃO



TRANQUILIDADE

08. DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

A presente divulgação engloba os seguintes 3 componentes:

- Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização;
- Política de remuneração dos “Colaboradores com funções-chave”;
- Anexo I - Declaração de cumprimento, nos termos previstos no n.º 1 do Artigo 4º da Norma 5/2010.R, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

1. Política de Remuneração

1.1. Processo de aprovação da política de remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos órgãos sociais da Tranquilidade é, nos termos previstos no Artigo 23º do Contrato de Sociedade, proposta pela Comissão de Vencimentos, sendo a mesma objeto de avaliação em sede de Assembleia Geral, aquando da sua realização.

b) Mandato da Comissão de Vencimentos

Nos termos previstos no Artigo 23º do Contrato de Sociedade, à Comissão de Vencimentos define as condições e limites em que a remuneração fixa e variável dos Administradores da Tranquilidade é determinada.

A Comissão de Vencimento é atualmente composta por dois membros, eleitos pela Assembleia Geral de 28 de março 2012 para um mandato de quatro anos, que termina em 2015.

c) Composição da Comissão de Vencimentos

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa. Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo, Presidente do Conselho de Administração das Sociedades Espírito Santo Financial Group, S.A., Bespar - SGPS, S.A. e Partran, SGPS, S.A.. Membro do Instituto Internacional de Estudos Bancários desde 2003 e seu Presidente entre outubro 2005 e dezembro 2006. Administrador do Banco Bradesco (Brasil) desde 2003. Membro do *Board of Directors*, do *Human Resources e Compensation Committee* e do *Nominating and Governance Committee* da NYSE Euronext.

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Licenciado em Economia, com especialização em Direção e Administração de Empresas, pela Universidade de Évora (ex. Instituto de Estudos Superiores de Évora). Presidente da Banque Privée Espírito Santo S.A., Administrador Executivo do Banco Espírito Santo e Vice-Presidente da Espírito Santo Financial Group, S.A..

Em cada Assembleia Geral, encontra-se presente um representante da Comissão de Vencimentos.

d) Consultores externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos membros dos órgãos sociais da Tranquilidade não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

1.2. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no Artigo 12º do Contrato de Sociedade, constituída por um Presidente e um Secretário. Os respetivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo por Assembleia Geral, na data da sua realização.

1.3. Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no Artigo 26º do Contrato de Sociedade, constituído por três membros, dos quais um desempenha as funções de Presidente. Os respetivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo mensal pago 12 vezes ao ano.

1.4. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas legalmente com base nos artigos 59º e 60º do DL n.º. 487/99, de 16 de novembro, alterados pelo DL n.º. 224/2008, de 20 de novembro. Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal.

1.5. Remuneração do Presidente do Conselho de Administração

O Presidente do Conselho de Administração auferir uma remuneração fixa, paga catorze vezes ao ano.

1.6. Remuneração dos Membros não Executivos do Conselho de Administração

Os membros não executivos do Conselho de Administração auferem uma remuneração fixa, paga catorze vezes ao ano.

Dando cumprimento à recomendação prevista no ponto IV.10 da Circular n.º. 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal, aos membros não Executivos do Conselho de Administração não é atribuída qualquer remuneração variável, auferindo apenas a remuneração fixa prevista no parágrafo anterior.

Os membros que desempenham funções em órgãos de administração de Sociedades em relação de domínio e/ou de Grupo com a Tranquilidade, ou que exerçam funções específicas por indicação do Conselho de Administração, podem ser remunerados pelas referidas Sociedades ou pela Tranquilidade, de acordo com o relevo das funções desempenhadas.

1.7. Remuneração dos Membros da Comissão Executiva

a) Igualdade de remunerações

Todos os membros da Comissão Executiva, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do Artigo 23º do Contrato de Sociedade, auferem a mesma remuneração, com exceção do seu Presidente. Apenas a parte variável pode ser distinta entre os diversos membros da Comissão Executiva.

b) Composição da remuneração

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável. A remuneração dos membros da Comissão Executiva é fixada todos os anos pela Comissão de Vencimento até ao final de março de cada ano, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior, ou na sua falta, diretamente em sede de Assembleia Geral.

c) Limites da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pela Comissão de Vencimentos ou em sede de Assembleia Geral sendo que poderá representar até 80% da Remuneração Total Anual, não podendo nunca ser inferior a 40% desta.

Sem prejuízo do acima disposto, o valor a distribuir pelos membros dos órgãos sociais a título de remuneração variável, quando for atribuída, fica sempre sujeito ao limite estatutário previsto no n.º 3 do Artigo 23º do Contrato de Sociedade, fixado em 5% dos lucros líquidos do exercício.

d) Equilíbrio na remuneração

A parte variável representará, em média, cerca de 40% da remuneração, podendo atingir no limite cerca de 60% da remuneração total.

Em todo o caso, o montante exato da componente variável da remuneração oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais, constantes do orçamento anual, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

e) Critérios de definição da componente variável, mecanismos de limitação e momento do seu pagamento

A remuneração variável é referente ao desempenho de curto prazo. A remuneração variável é calculada no início de cada ano pela Comissão de Vencimentos, em função do cumprimento dos principais objetivos constantes do Orçamento Anual do ano anterior, aprovado pelo Conselho de Administração, designadamente, o Resultado Líquido do Exercício, a Rentabilidade dos Capitais Próprios e o Rácio Combinado.

O valor da remuneração variável é proporcional ao grau de cumprimento dos indicadores de gestão anteriormente referidos.

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor para os membros da Comissão Executiva, valores máximos

considerados e níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração, sendo a mesma paga de uma só vez em numerário e na sua totalidade após a aprovação das contas do exercício do ano em questão.

De igual modo, tendo presente o facto de a empresa possuir um Acionista único e os seus títulos não serem cotados em mercados regulamentados, a possibilidade de uma parte da componente variável consistir na atribuição de opções sobre ações da Empresa não foi considerada na presente política de remuneração, não tendo sido consequentemente definidos quaisquer planos de atribuições de ações ou de opções de aquisição de ações da Tranquilidade ou de qualquer outra empresa do Grupo, por parte dos membros da Comissão Executiva.

f) Critérios para avaliação de desempenho

A avaliação dos membros da Comissão Executiva assenta nos seguintes indicadores de gestão:

- Resultado Líquido do Exercício;
- Rentabilidade dos Capitais Próprios;
- Rácio Combinado.

Sem prejuízo da análise dos indicadores acima referidos, no processo de avaliação será sempre tida em consideração a adequabilidade, quer dos capitais próprios da Companhia ao seu nível de risco, quer ainda da representação das provisões técnicas.

g) Sistema de prémios anuais e de outros benefícios não pecuniários

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remunerações, não existem outras formas de remuneração dos membros da Comissão Executiva.

h) Remunerações pagas sob a forma de participação nos lucros e/ ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ ou participação nos lucros foram concedidos

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remunerações, não existem outras formas de remuneração dos membros da Comissão Executiva.

i) Indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do Órgão de Administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a antigos membros da Comissão Executiva relacionadas com a cessação das suas funções.

j) Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do Administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

Não existem quaisquer acordos que fixem montantes a pagar a membros da Comissão Executiva, em caso de destituição sem justa causa.

k) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.

Não são atribuídos aos membros da Comissão Executiva quaisquer benefícios não pecuniários de relevo.

2. Regime Complementar de Pensões ou de Reforma Antecipada - Principais Características

O Presidente do Conselho de Administração e os Administradores com funções executivas têm direito a uma pensão de reforma ou complemento de pensão de reforma, no caso de serem ou terem desempenhado esse cargo na Companhia de Seguros Tranquilidade.

Para o efeito, encontra-se constituído um fundo de pensões, denominado “Fundo de Pensões dos Administradores da Tranquilidade” gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundos de pensões, S.A., do qual todos os Administradores com funções executivas e o Presidente do Conselho de Administração da Tranquilidade são Participantes.

As principais características do Plano de Pensões constante no contrato constitutivo do fundo de pensões assinado entre a Entidade Gestora e os Associados (Tranquilidade) são as seguintes:

- a) O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma vence-se, em caso de velhice, na data em que o Administrador atinge a idade normal de reforma para efeitos da Segurança Social, atualmente fixado em 65 anos, ou em qualquer outra idade inferior, que de acordo com as normas da Segurança Social, seja possível, e ainda em caso de invalidez;
- b) O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma pode ser antecipado para a data em que os Administradores completam cinquenta e cinco anos, desde que tenham exercido essas funções na Tranquilidade pelo período de tempo pensionável para o efeito definido no Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões;
- c) O complemento de pensão de reforma poderá existir, de modo a completar eventuais regimes de reforma concedidos por qualquer outro regime de segurança social.

As pensões ou complementos de pensões a atribuir, às quais será sempre deduzida a pensão anual de reforma concedida pela segurança social e/ ou qualquer sociedade financeira, ou ainda ao abrigo de acidentes de trabalho, nunca serão superiores ao salário pensionável do Administrador em causa. Para o efeito, o salário pensionável corresponde à remuneração média mensal ilíquida dos últimos 36 meses que antecedem a data em que o Administrador entra na situação de reforma, multiplicada por 12.

O regulamento do direito dos administradores a pensão ou complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez foi objeto de avaliação e aprovação em sede de Assembleia Geral realizada em 1 de novembro de 2013.

3. Pagamentos Relativos à Destituição ou Cessação por Acordo de Funções de Administradores

Não existem quaisquer pagamentos previstos em caso de destituição de Administradores e qualquer cessação por acordo carece, no que respeita aos montantes envolvidos, de ser previamente aprovada pela Comissão de Vencimentos.

4. Quadro de Remunerações Pagas aos Membros dos Órgãos Sociais da Tranquilidade Durante o Ano de 2013

(milhares de euros)

	Remuneração		Total
	Fixa	Variável	
Comissão Executiva			973,5
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha (Pres.)	219,9	-	219,9
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso	188,4	-	188,4
António Miguel Natário Rio-Tinto	188,4	-	188,4
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno	188,4	-	188,4
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente	188,4	-	188,4
Conselho de Administração			375,2
Rui Manuel Leão Martinho (Presidente)	73,5	-	73,5
Miguel Luís Kolback da Veiga	49,0	-	49,0
António José Baptista do Souto	49,0	-	49,0
Manrico Iachia	49,0	-	49,0
António Manuel Rodrigues Marques	105,7	-	105,7
Bernardo Leite Faria Espírito Santo	49,0	-	49,0
Conselho Fiscal			100,4
Alexandre Paixão Coelho (Presidente)	70,0	-	70,0
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira	16,6	-	16,6
António Ricardo Espírito Santo Bustorff	11,0	-	11,0
Horácio Lisboa Afonso	2,8	-	2,8
Total Remunerações	1 449,1	0,0	1 449,1

Política de Remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave”

1. Âmbito de aplicação da Política de Remuneração

Nos termos previstos na Norma n.º. 5/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal, a presente Política de Remunerações aplica-se não só:

- a) Aos Colaboradores que desempenham funções-chave, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem cargos de chefia no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno (Diretor Coordenador, Diretor-adjunto, Diretor de Serviço ou Responsável de Gabinete das Direções de Risco Global e Controlo Interno e Direção de Auditoria), mas também;
- b) Aos Colaboradores que exercem cargos de chefia no âmbito da função atuarial, bem como ao Atuário Responsável, conforme referido na recomendação prevista no ponto V.9 da Circular n.º. 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal;
- c) A todos os Colaboradores com cargos de chefia de 1º nível (Diretores de Topo) e Assessores do Órgão de Administração, independentemente da área em que exerçam atividade, por se entender que – à margem dos titulares dos órgãos sociais - estes profissionais representam, no caso concreto da Tranquilidade, os Colaboradores cujo desempenho têm um impacto material sobre o perfil de risco da Companhia.

Para efeitos da presente política de remuneração, o conjunto dos Colaboradores acima considerados será no presente documento designado genericamente por “Colaboradores com Funções-Chave”.

2. Processo de Aprovação da Política de Remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” é avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposta apresentada pelo Administrador responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos.

Na elaboração da proposta de política de remuneração participam ativamente diversos quadros das principais Direções da Companhia, em particular da Direção de Pessoal, sendo a mesma também avaliada pela Direção de Risco Global e Controlo Interno com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos e capital necessário.

A concreta fixação da remuneração é, por fim, aprovada pela Comissão Executiva.

b) Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” da Tranquilidade incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de pessoal e da política de incentivos, tendo em vista a prossecução dos objetivos estratégicos da Companhia.

c) Composição do Conselho de Administração

Rui Manuel Leão Martinho – Presidente
 Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha – Presidente da Comissão Executiva
 Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso – Comissão Executiva
 António Miguel Natário Rio Tinto – Comissão Executiva
 Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno – Comissão Executiva
 Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente – Comissão Executiva
 António José Baptista do Souto
 Miguel Luís Kolback da Veiga
 Manrico Iachia
 António Manuel Rodrigues Marques
 Bernardo Leite Faria Espírito Santo

d) Consultores Externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos “Colaboradores com Funções-Chave” da Tranquilidade não foram utilizados os serviços de Consultores Externos.

3. Remuneração

a) Composição da remunerações

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável.

A política de remuneração global da Companhia é anualmente revista pelo Conselho de Administração, até ao final de maio.

Em consequência, a remuneração fixa é revista todos os anos de acordo com os resultados da Companhia, indicadores como a taxa de inflação e a taxa de aumento do CCT para a atividade seguradora, sendo igualmente definida uma componente variável, até finais de maio de cada ano, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior.

b) Limites da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará, em média na Companhia, aproximadamente 85% da Remuneração Total Anual.

Em termos individuais, o peso da remuneração variável a considerar para cada ano não deverá exceder os 30% do valor total da remuneração.

A parte fixa é composta pelo vencimento base e por alguns complementos que são atribuídos a todos os Colaboradores da Companhia, como diuturnidades ou outros subsídios.

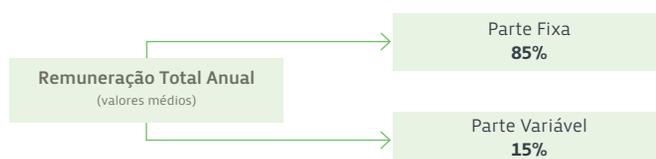
c) Equilíbrio na remuneração

A parte fixa representa, em média para o conjunto dos Colaboradores da Companhia, cerca de 85% do total da remuneração, sendo os restantes 15% atribuídos como parte variável.

Tal situação adequa-se às recomendações constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal, que favorecem uma percentagem elevada da componente remuneratória fixa em relação à componente variável da remuneração.

O montante exato da parte variável oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais, individuais (quantitativos e qualitativos) e do coletivo da respetiva unidade em que o Colaborador se integra, de acordo com o modelo de avaliação de desempenho da Tranquilidade, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

d) Critérios de definição da componente variável e momento do seu pagamento



A Remuneração Variável Anual (RVA) é referente ao desempenho de Curto Prazo e terá, em média, um peso de aproximadamente 15% na Remuneração Total Anual.

A RVA máxima será calculada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, determinado com base no Sistema de Objetivos e Incentivos (SOI) associado à Direção/ área na qual o Colaborador se insere, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos, aprovado pelo Conselho de Administração, aferidos pela Avaliação de Desenvolvimento.

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da RVA, sendo a mesma paga de uma só vez em numerário e na sua totalidade após a aprovação das contas do exercício do ano em questão.

De igual modo, tendo presente o facto de a empresa possuir um Acionista único e os seus títulos não serem cotados em mercados regulamentados, a possibilidade de uma parte da RVA consistir na atribuição de opções sobre ações da Empresa não foi considerada na presente política de remuneração, não tendo sido consequentemente definidos quaisquer planos de atribuições de ações ou de opções de aquisição de ações da Tranquilidade ou de qualquer outra empresa do Grupo.

e) Critérios para a avaliação de desempenho

A avaliação dos Colaboradores abrangidos pela presente Política de Remuneração assenta nas variáveis a seguir enunciadas:

i. Variáveis tidas em consideração na avaliação dos “Colaboradores com Funções-Chave” pertencentes às áreas comerciais:

- Orientação para os resultados com uma gestão cuidada do risco;
- Espírito de equipa;
- Visão estratégica;
- Planeamento, organização e controlo;
- Orientação para o cliente;
- Capacidade de negociação;
- Conhecimento dos produtos e serviços.

ii. Variáveis tidas em consideração na avaliação dos “Colaboradores com Funções-Chave” pertencentes às áreas centrais:

- Orientação para os resultados com uma gestão cuidada do risco;
- Espírito de equipa;
- Visão estratégica;
- Planeamento, organização e controlo.

4. Outros Benefícios Atribuídos aos “Colaboradores com Funções-Chave”

Para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração, os “Colaboradores com Funções-Chave” auferem os seguintes benefícios:

- a) Seguro de Saúde, de acordo com o definido no CCT para o setor segurador e no normativo interno;
- b) Seguro de Vida, de acordo com o definido no CCT para o setor segurador;
- c) Constituição de planos individuais complementares de reforma conforme definido no CCT para o setor segurador.

5. Ampliação do Âmbito de Aplicação da Presente Política de Remuneração

Salvo mediante decisão em sentido oposto aprovada em sede de Conselho de Administração, a presente Política de Remuneração será igualmente aplicável em relação aos restantes Colaboradores da Companhia de Seguros Tranquilidade, não considerados nos critérios definidos no ponto 1 infra (Âmbito de aplicação da Política de Remuneração).

De igual modo e para efeitos do disposto no Capítulo VII. Grupos Financeiros, da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal, a presente Política de Remuneração será igualmente aplicável relativamente aos Colaboradores das restantes empresas de seguro do Grupo Tranquilidade e respetivas filiais no exterior, sem prejuízo, neste último caso, dos eventuais ajustes à legislação local que se afigurarem necessários.

Anexo I – Declaração de Cumprimento (n.º 1 do Artigo 4.º da Norma 5/2010-R, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal)

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

Recomendação	Cumprir	Não Cumprir	Observações
I. Princípios Gerais			
I.1	Adoção de uma política de remuneração consistente com a gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspetivas de crescimento, rentabilidade e proteção dos Clientes;	✓	
I.2	Adequação da Política de Remuneração (PR) à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir;	✓	
I.3	Adoção de uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da PR, que identifique de forma objetiva, os colaboradores envolvidos no processo, bem como as respetivas responsabilidades e competências.	✓	
II. Aprovação da Política de Remunerações (PR)			
II.1	Aprovação da PR por parte de uma Comissão de Remuneração ou no caso de a sua existência não ser exequível ou não se justificar (dimensão, natureza ou complexidade da instituição) pela Assembleia Geral;	✓	
II.2	Aprovação pelo Conselho de Administração da PR aplicável aos colaboradores;	✓	
II.3	Participação na definição da PR de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, de modo a evitar conflitos de interesse e permitir a formação de um juízo de valor independente;	✓	
II.4	A PR deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição; A PR deve ainda ser objeto de formalização em documento autónomo, devidamente atualizado, com indicação das alterações introduzidas e respetiva justificação e mantido um arquivo das versões anteriores;	✓	
II.5	Divulgação aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pela sua aplicação, do processo de avaliação.	✓	
III. Comissão de Remuneração (CR)			
III.1	A CR, caso exista, deve efetuar uma revisão, com periodicidade anual da PR e da sua implementação, de forma a permitir um juízo de valor fundamentado e independente sobre a PR, à luz das recomendações (Circular 6/2010), em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;	✓	
III.2	Os membros da CR devem ser independentes em relação aos membros do Órgão de Administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções;	✓	
III.3	Caso a CR recorra à prestação de serviços externos (consultores) não deve contratar pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos 3 anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do Órgão de Administração, ao próprio Órgão de Administração ou que tenha relação atual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviço;	✓	Não há recurso, neste âmbito, à prestação de serviços externos por parte de consultores.
III.4	A CR deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas AG em que a Política de Remuneração conste da ordem dos trabalhos;	✓	
III.5	A CR deve reunir com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar atas de todas as reuniões efetuadas.	✓	
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas			
IV.1	A remuneração deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considerem: desempenho individual, real crescimento da instituição, riqueza efetivamente criada, proteção dos interesses dos Clientes, sustentabilidade a longo prazo, riscos assumidos e cumprimento das regras aplicáveis à atividade;	✗	Os critérios de avaliação assentam nesta fase somente nos seguintes indicadores de gestão: - Resultados líquidos do exercício; - Rentabilidade dos Capitais Próprios; - Rácio combinado, Sendo também sempre tida em consideração a adequabilidade dos capitais próprios ao seu nível de risco e representação das provisões técnicas. Não existem critérios não financeiros na avaliação de desempenho dos Administradores Executivos.
IV.2	Adequação da componente fixa e variável, devendo a fixa representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo;	✓	
IV.3	Pagamento de uma parte substancial da parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo;	✗	Não aplicável tendo em conta a estrutura acionista da Companhia de Seguros Tranquilidade, bem como o facto dos seus títulos não se encontrarem cotados em mercados regulamentados.

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas (continuação)			
IV.4 Diferimento de uma parte substancial da parte variável por um período mínimo de 3 anos e o seu pagamento dependente do bom desempenho da instituição;		✗	Tendo presente o peso dos valores máximos considerados para a remuneração variável, bem como os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração.
IV.5 A componente variável sujeita a deferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo à componente fixa;		✗	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.4
IV.6 Inexistência de contratos celebrados por membros do órgão de administração que tenham por efeito mitigar a variabilidade da remuneração que lhe for fixada;	✓		
IV.7 Manutenção, até ao termo do mandato, do valor das ações que lhe foram atribuídos no âmbito da componente variável, até ao limite de 2 vezes a remuneração total anual, salvo se necessário para pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações;		✗	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.8 Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a 3 anos;		✗	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.9 Após o exercício referido no ponto anterior (IV.8), os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações até ao fim do seu mandato, devendo esse número ser fixado.		✗	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV. Órgão de Administração – Membros Não Executivos			
IV.10 A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	✓		
IV. Órgão de Administração – Indemnizações em Caso de Destituição			
IV.11 Definição de instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do referido membro.	✓		Não existem compensações estabelecidas para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração.
V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável			
V.1 Se a remuneração dos colaboradores incluir uma componente variável, este deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa, atendendo designadamente, ao desempenho, responsabilidades e funções de cada colaborador; A remuneração fixa deve representar uma parte suficientemente importante da remuneração total; A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	✓		
V.2 Pagamento substancial de uma parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição, e sujeito a uma política de retenção alinhada com os interesses a longo prazo da instituição.		✗	Não aplicável tendo em conta a estrutura acionista da Companhia de Seguros Tranquilidade, bem como o facto dos seus títulos não se encontrarem cotados em mercados regulamentados.
V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável			
V.3 A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual, mas também coletivo da unidade da estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente regras de controlo interno e as relativas às relações com os Clientes.	✓		
V.4 Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.		✗	Os critérios utilizados são predeterminados e mensuráveis. Não são relativos a um quadro plurianual por se entender que esta componente tem um baixo peso no valor global e diz respeito ao cumprimento ou não dos objetivos anuais.
V.5 A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	✓		
V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável			
V.6 Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição;		✗	O baixo peso desta componente não justifica o seu diferimento.
V.7 A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.		✗	Não aplicável face ao disposto no ponto anterior.

Recomendação	Cumprir	Não Cumprir	Observações
V. Remuneração dos Colaboradores – Colaboradores que Exerçam Funções-Chave			
V.8	Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções;	✓	
V.9	Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	✓	
VI. Avaliação da Política de Remuneração			
VI.1	A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si;	✓	
VI.2	A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;	✓	
VI.3	As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à AG ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	✓	
VII. Grupos Financeiros			
VII.1	A empresa-mãe de um grupo segurador ou conglomerado financeiro sujeito à supervisão do ISP com base na sua situação em base consolidada deve assegurar que todas as suas filiais, incluindo as filiais no estrangeiro, implementem políticas de remuneração consistentes entre si, tendo por referência as presentes recomendações.	✓	
VII.2	A adoção das presentes recomendações deve ser assegurada para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das instituições que integrem o mesmo grupo segurador ou conglomerado financeiro.	✓	Estes princípios encontram-se devidamente consagrados na Política de Remuneração dos Colaboradores com Funções-Chave da Companhia de Seguros Tranquilidade, em relação à T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. e Seguros LOGO, S.A. No futuro, o cumprimento dos mesmos será também avaliado pelas funções de controlo em relação às restantes empresas sujeitas à supervisão do ISP, nas quais a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. detenha uma participação qualificada.
VII.3	As funções-chave da empresa-mãe devem efetuar, em articulação entre si, com uma periodicidade mínima anual, uma avaliação das práticas remuneratórias das filiais no exterior à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	✓	
VII.4	As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração da empresa-mãe e à assembleia-geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da avaliação a que se refere o número anterior, que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	✓	



09

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO
E PARECER DO CONSELHO FISCAL



TRANQUILIDADE

09. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

JOSÉ MANUEL MACEDO PEREIRA
Revisor Oficial de Contas N.º 312

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 1.000.345 milhares de euros e um total de capital próprio de 358.193 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 19.020 milhares de euros), a Demonstração de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Mapa de Variação de Capitais Próprios do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - ♦ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e



JOSÉ MANUEL MACEDO PEREIRA
Revisor Oficial de Contas N.º 312

- ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

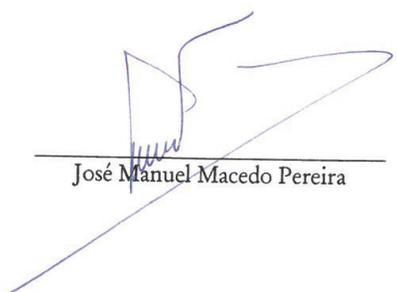
OPINIÃO

- 7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

- 8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 17 de Março de 2014



José Manuel Macedo Pereira

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Acionistas da
COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.,

Nos termos da lei e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório, as Contas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da **COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE S.A.** apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respetiva Certificação Legal das Contas que o Revisor Oficial de Contas da Companhia emitiu oportunamente.

No âmbito das nossas atribuições, acompanhámos com regularidade a atividade da Companhia e a sua gestão ao longo do exercício de 2013, tanto através da análise dos documentos de informação contabilística e de gestão, que nos foram regularmente disponibilizados, como dos esclarecimentos complementares que solicitámos à Administração e aos Serviços da Companhia a quem cabe a responsabilidade operacional. Contámos ainda com o apoio das funções de Auditoria Interna, Gestão de Risco Global, Controlo Interno e "Compliance", de quem obtivemos sempre toda a colaboração solicitada. Procedemos também às ações de verificação que considerámos necessárias nas circunstâncias, tendo presentes as obrigações legais e estatutárias que nos são imputáveis.

Pudemos assim constatar que a Administração da Companhia continuou a adotar uma política de utilização racional dos recursos e de controlo dos custos, mantendo na atividade operacional e financeira uma política de minimização de riscos, particularmente recomendável na atual conjuntura.

Conforme se encontra evidenciado no parágrafo 2.4.9 do Relatório de Gestão, em 31 de dezembro de 2013 o Capital Próprio ascendia a 358,2 milhões de euros, registando um acréscimo de 31,1 milhões de euros no

exercício então findo. Neste domínio, é de sublinhar o impacto positivo de cerca de 33,5 milhões de euros na Reserva por Impostos Diferidos, motivado essencialmente pela alteração da tributação aplicável às valias em participações superiores a 5% e detidas há mais de 2 anos.

O rácio de solvabilidade estimado em 31 de dezembro de 2013 situava-se em 593,2% (525,7% em 2012).

O Conselho Fiscal continuou a acompanhar com particular interesse o processo de implementação do Programa Solvência II, que decorre até janeiro de 2016, estando prevista a transposição de Diretivas no período 2014/2015 que irão alterar a Diretiva inicial 2009/138/CE.

Como nos compete, acompanhámos também (i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte e (ii) a apreciação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adotados pela Companhia, para o que contámos com a colaboração do Senhor Dr. José Manuel Macedo Pereira, Revisor Oficial de Contas designado pela Assembleia Geral para proceder ao exame e certificação legal das contas da Companhia no quadriénio 2012-2015.

Após o final do exercício de 2013, procedemos à apreciação do respetivo Relatório e Contas que o Conselho de Administração oportunamente preparou e nos apresentou, tendo constatado que o mesmo obedece às disposições legais e estatutárias aplicáveis e refere os aspetos mais relevantes que caracterizaram a atividade da Companhia durante o ano findo em 31 de dezembro de 2013.

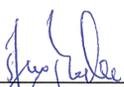
Nos termos do n.º 1 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apreciou ainda o teor da Certificação Legal das Contas do exercício de 2013, datada de 17 de março de 2014, que merece a sua concordância.

Como resultado das ações de fiscalização exercidas, acima resumidas, e em consonância com as respetivas conclusões, somos de Parecer que a Assembleia Geral da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. aprove:

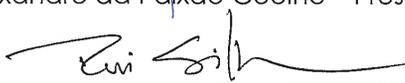
- a) O Relatório de Gestão, datado de 4 de março de 2014, e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentado pelo Conselho de Administração;
- b) A proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2013, no montante de 19.020.186,87 euros, nos termos constantes do ponto 2.5 do Relatório de Gestão acima referido.

Lisboa, 21 de março de 2014

O Conselho Fiscal



Alexandre da Paixão Coelho – Presidente



Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira – Vogal



Horácio Lisboa Afonso – Vogal



TRANQUILIDADE

www.tranquilidade.pt